

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Psicologia e Ciências da Educação

**Conceções sobre a Parentalidade e relação com o Desenvolvimento de
Crianças Adotadas**

Lília Cristina Pereira da Silva

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação

Trabalho efetuado sob orientação de:

Prof^ª Doutora Cristina Nunes

Faro

2014

**Conceções sobre a Parentalidade e relação com o
Desenvolvimento de Crianças Adotadas**

Lília Cristina Pereira da Silva

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade
do Algarve para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Educação.

Trabalho efetuado sob orientação de:

Prof^ª Doutora Cristina Nunes

Faro

2014

Conceções sobre a Parentalidade e relação com o Desenvolvimento de Crianças Adotadas

Declaração de Autoria de Trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Inevitavelmente não posso deixar de começar este trabalho fazendo um sincero agradecimento a todas as famílias que aceitaram participar nesta investigação. Obrigada pela forma calorosa como nós abrimos as portas de vossas casas e, pacientemente, estiveram connosco durante largas horas. Obrigada pelas partilhas, muitas vezes íntimas e carregadas de emoção. Não teria sido possível levar este trabalho a bom porto sem vocês. Obrigada!

Agradeço, sincera e profundamente, à Professora Doutora Cristina Nunes por ter aceite ser minha orientadora também nesta etapa. Obrigada por me chamar sempre à realidade e não me deixar exagerar. Obrigada pela ajuda na análise estatística, por todas as sugestões ao longo do restante corpo do trabalho e, pelo entusiasmo que partilhava também comigo mesmo quando já evidenciávamos algum cansaço. Não desistia de pensar alto comigo, obrigada!

O meu sincero e enorme obrigado também à Professora Ana Susana Almeida. Obrigada por ter acreditado nas minhas capacidades e me ter feito o maravilhoso convite para integrar a equipa deste projeto de investigação. Tem sido um presente absolutamente maravilhoso, que me tem feito crescer como pessoa e como profissional. Obrigada também pelo carinho e reforços positivos que me ia dando, muitas vezes, por email ou pelo telemóvel. Nos momentos de maior cansaço foram fundamentais. Muito, muito obrigada!

Agradeço também à Sandra Mendonça, pela boa companhia nas nossas muitas viagens. Foram muitos dias e muitas horas que partilhamos nas estradas e localidades aqui tão a sul. Muitas gargalhadas, algumas preocupações e partilhas. Obrigada pela ajuda com as transcrições de algumas entrevistas e, obrigada também pelo apoio emocional em algumas das minhas fases de cansaço.

Aos meus amigos, obrigada! Obrigada pela paciência, pela espera, carinho e sensibilidade para perceberem o meu cansaço, ausência extrema e dias menos bons. Obrigada por compreenderem e desculparem a minha falta de tempo. Agradeço pelos momentos de

colo, de conversas leves e de partilha dos vossos momentos e “novidades”. Obrigada simplesmente por me ouvirem, mesmo quando eu só sabia falar da dissertação. Obrigada por me fazerem rir ou simplesmente por me acompanharem no silêncio. Obrigada por serem parte da minha rede de apoio.

À Filipa Camacho, minha “mana”! Obrigada por continuares a acompanhar-me, mesmo passados todos estes anos. Tenho contigo uma cumplicidade que não partilho com mais ninguém. Obrigada por me ouvires, por rires comigo (por vezes de coisas tolas) e, por acreditares incondicionalmente nas minhas competências (mesmo quando eu mesma duvido).

Agradeço ainda em particular à Ana Sofia Gonçalves, à Inês Marcelo e à Ana Catarina Alexandre. Obrigada por me terem acompanhado nesta caminhada de 5 anos, pelas partilhas, cumplicidade emocional e companhia habitacional. Acredito que ter-vos conhecido me tornou melhor pessoa e melhor profissional. Trabalhamos, divertimo-nos, emocionámo-nos e acima de tudo crescemos juntas. Obrigada!

Agradeço ainda aos meus pais, simplesmente, por me deixarem voar. Obrigada por nunca me terem colocado limites, por terem “alinhado” e me dizerem sempre “se achas que é bom para ti vai...faz”. Mãe, obrigada por me dizeres sempre explicitamente que tens muito orgulho no teu fruto. Pai, obrigada por me desafiares sempre a provar-te que não foi um ato esporádico e que sou capaz de fazer sempre mais e melhor. É importante para mim que o faças. Acima de tudo obrigada por estarem sempre presentes (mesmo que por vezes seja apenas do outro lado do telemóvel), e obrigada por me deixarem sonhar. O que vos posso dizer é que não deixarei de sonhar, de apontar e de olhar para cima, e que nunca deixarei de trabalhar por melhor e acima de tudo para ser melhor.

Concepções sobre a Parentalidade e relação com o Desenvolvimento de Crianças Adotadas

Resumo

As crenças sobre os comportamentos e atitudes parentais, as expectativas sobre as crianças e, sobre as causas atribuídas aos comportamentos das mesmas (Grusec, 2006; 2008) são esquemas que podem justificar o resultado final da relação pais-filhos. Neste sentido, presente estudo teve como principal objetivo, utilizando um paradigma transversal, descritivo e correlacional, explorar a consciência e concepções sobre a parentalidade dos pais adotantes, as influências que as variáveis individuais podem exercer, e se a consciência parental se encontra relacionada com o desenvolvimento dos filhos.

Participaram nesta investigação 30 famílias adotivas residentes na região do Algarve. Os pais apresentaram, em média, 41 anos de idade e, as crianças uma média de 6,27 anos de idade, sendo que 7 eram do sexo feminino e 23 do sexo masculino.

Os resultados mostraram a existência de relações positivas e significativas entre os níveis de consciência parental e número de anos de estudos, os rendimentos familiares mensais e, a idade das crianças aquando da adoção. Para além disso, não foram encontradas, no presente estudo, associações entre os níveis de consciência parental e de concepções sobre a parentalidade e o desenvolvimento das crianças, com exceção de uma relação encontrada entre a subescala de Audição e Linguagem da Escala de Desenvolvimento Mental Griffiths e os resultados totais dos pais na Escala de Concepções Sobre a Parentalidade.

Por último, as implicações práticas dos resultados obtidos são discutidas com o intuito de facilitar a compreensão do conceito de consciência e considerações sobre parentalidade.

Palavras-chave: Adoção, Parentalidade, Consciência parental, Famílias, Desenvolvimento infantil.

Conceptions about Parenting and relationship with the Development of Adopted Children

Abstract

Beliefs about the behaviours and parental attitudes, expectations about children and about the causes attributed to the behaviours (Grusec, 2006, 2008) are schemes that can justify the end result of the parent-child relationship. The present study had as main objective, using a paradigm cross-sectional descriptive correlational, explore consciousness and conceptions about the parenting of the adopting parents, the influences that individual variables can exercise, and parental awareness is related to the development of children.

The participants of this investigation are 30 adoptive families resident in the Algarve region. Parents had, on average, 41 years old and adopted children with a 6,27 mean of age, 7 were female and 23 male.

The results showed the existence of positive and significant relationship between levels of parental awareness and number of years of education, monthly family income and the age of children at the time of adoption. Also, were not you will find, in this study, associations between levels of parental awareness and conceptions about parenting and child development, with the exception of a relationship found between the subscale of Hearing and Language of Griffiths Mental Development Scale and the full results of the parents Scale conceptions About Parenting.

Finally, the practical implications of these findings are discussed in order to facilitate understanding of the concept of consciousness and considerations about parenting.

Key-Words: Adoption, Parenting, Parental awareness, Family, Child development.

Índice Geral

Introdução.....	1
I. A adoção e as famílias adotivas.....	4
1. Transição para a parentalidade adotiva.....	5
2. Investimento e comportamentos dos pais adotivos.....	7
II. Consciencialização parental.....	8
1. Estágios de desenvolvimento cognitivo parental.....	10
2. Função reflexiva.....	11
III. Impacto da adoção no desenvolvimento das crianças.....	12
IV. Objetivos do estudo.....	15
1. Objetivo geral.....	14
2. Objetivos específicos.....	16
V. Método.....	16
1. Participantes.....	16
2. Instrumentos.....	18
2.1. Questionário de dados sociodemográficos.....	18
2.2. Escala de desenvolvimento mental de Ruth Griffiths.....	18
2.3. Escala de inteligência de Wechsler para crianças – Terceira edição.....	19
2.4. Escala de concepções sobre a parentalidade.....	19
3. Procedimento.....	21
3.1. Procedimento de recolha de dados.....	21
3.2. Procedimento de análise dos dados.....	24
VI. Resultados.....	26

1. Relação entre as dimensões da escala de concepções sobre a parentalidade e as variáveis sociodemográficas dos pais adotivos.....	26
2. Relação entre os níveis de consciência parental e as variáveis individuais das crianças.....	33
2.1. Relação entre os níveis totais de consciência parental e concepções sobre a parentalidade dos pais e o desenvolvimento das crianças.....	37
3. Caracterização da consciência e concepções sobre a parentalidade das figuras parentais ao longo da Escala de Concepções sobre a Parentalidade.....	38
3.1. Estudo de caso da família 6.....	42
3.2. Estudo de caso da família 14.....	43
3.3. Grupo de baixa variação vs. Grupo de média variação.....	45
VII. Discussão.....	46
1. Relação entre as dimensões da escala de concepções sobre a parentalidade e as variáveis sociodemográficas dos pais adotivos.....	47
2. Relação entre os níveis de consciência parental e as variáveis individuais das crianças.....	52
3. Relação entre os níveis totais de consciência parental e concepções sobre a parentalidade dos pais e o desenvolvimento das crianças.....	55
4. Caracterização da consciência e concepções sobre a parentalidade das figuras parentais ao longo da Escala de Concepções sobre a Parentalidade.....	56
VIII. Considerações finais.....	57
IX. Referências bibliográficas.....	61

Índice de Tabelas

Tabela 1. Informações relativas à história da criança na família (em meses).....	17
Tabela 2. Escala de Conceções sobre a Parentalidade, questões incluídas e excluídas nas dimensões Parentalidade Personalizada, Compreensão do Cumprimento das Crianças e, Compreensão das Exigências Parentais...	21
Tabela 3. Escala de Conceções sobre a Parentalidade, questões incluídas e excluídas nas dimensões Satisfação com a Parentalidade Personalizada e Descrições Abertas.....	22
Tabela 4. Relação entre os totais das dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade.....	22
Tabela 5. Comparação de médias emparelhadas entre mães e pais, entre as diferentes dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade....	28
Tabela 6. Relação entre os anos de estudos e as dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade da mãe.....	29
Tabela 7. Relação entre os rendimentos familiares mensais e as dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade da mãe.....	30
Tabela 8 Relação entre os anos de estudos e as dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade do pai.....	31
Tabela 9. Relação entre os rendimentos familiares mensais e as dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade do pai.....	32
Tabela 10. Relação entre as dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade e a idade (em meses), a idade de adoção (em meses), o tempo de adoção (em meses) e, o sexo das crianças.....	33

Tabela 11. Relação entre a idade de adoção (em meses) com a dimensão Parentalidade Personalizada, referente às mães.....	35
Tabela 12. Relação entre a idade de adoção (em meses) com a dimensão Compreensão do cumprimento das Crianças, referente às mães.....	36
Tabela 13. Relação entre a idade de adoção (em meses) com a dimensão Satisfação com a Parentalidade, referente aos pais.....	37
Tabela 14. Relação entre o nível de consciência parental total e os resultados das escalas de desenvolvimento.....	38
Tabela 15. Caracterização dos níveis de resposta nas diferentes dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade.....	39
Tabela 16. Média aritmética, desvio-padrão, coeficiente de variação (%) e níveis mínimos e máximos de resposta na Escala de Conceções sobre a Parentalidade, da família 1 à 15.....	40
Tabela 17. Média aritmética, desvio-padrão, coeficiente de variação (%) e níveis mínimos e máximos de resposta na Escala de Conceções sobre a Parentalidade, da família 16 à 30.....	41

Introdução

A adoção tem vindo, ao longo de largas décadas, definida como a construção de relações parentais entre indivíduos que não partilham o mesmo código genético (Levinzon, 2006) mas que pretendem proporcionar à criança um saudável desenvolvimento, num ambiente contrário ao que anteriormente lhe era hostil (Johnson, 2002). Neste sentido, a adoção, quer seja formal ou informal, tem sempre por base o superior interesse da criança procurando garantir que a nova família tem condições para satisfazer as necessidades que os pais biológicos, por diversas razões, não puderam ou não conseguiram satisfazer (Salvaterra & Veríssimo, 2008). Todavia, sendo a adoção um passo que implica mudança e adaptação por parte da criança e dos pais que a recebem, esta pode afetar o desenvolvimento da criança (Johnson, 2002). Na verdade, e embora a grande maioria das vivências existentes no seio das famílias adotivas sejam muito similares às vivências das famílias com filhos biológicos é indiscutível que existem especificidades características do ciclo vital de uma família adotiva (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Particularmente, a etapa da revelação é talvez a primeira e uma das mais evidentes quando pensamos nas características do ciclo vital das famílias adotivas. Para além disso, estão ainda intimamente relacionadas à decisão de adotar e à fase da revelação as diversas posturas que as famílias adotantes podem assumir. Neste sentido, encontramos duas atitudes diferentes no que diz respeito à adoção. Por um lado, a negação das diferenças entre os dois tipos de família e de parentalidade, onde os pais adotivos evitam falar desta temática, ou por outro, a aceitação e comunicação aberta sobre o tema e todo o processo (Kirk, 1964 citado por Brodzinsky, 2005). Assumindo diferentes impactos na dinâmica familiar e na relação entre os seus membros, não será apenas o tipo e a forma de comunicação que exerce influência sobre a parentalidade. Deste modo, torna-se também fundamental perceber se as crenças dos pais adotantes sobre a parentalidade assumem alguma influência e/ou relação na forma como exercem o seu papel de pais.

Alguns tópicos ainda pouco estudados em Portugal nas famílias adotivas são as suas ideias e crenças sobre o seu papel parental, sobre o desenvolvimento e educação infantil, ou mesmo sobre as suas práticas educativas. Os trabalhos de Goodnow (1985), McGillicuddy-DeLisi (1985), Sigel (1985) e Palácios, González e Moreno (1992) mostraram que as ideias dos pais influenciam não só as relações entre pais e filhos como também as suas práticas educativas. As ideias têm portanto, consequências no desenvolvimento psicológico da criança embora esta relação seja variável: é mais evidente nuns aspetos do que noutros e não obedece a um modelo simples de causa-efeito (Goodnow & Collins, 1992). A atenção dispensada aos pensamentos e esquemas mentais dos pais deve-se, principalmente, ao facto destes poderem explicar o modo como os pais interpretam os comportamentos e sentimentos dos filhos (Grusec, 2006; 2008; Foli & Thompson, 2006). Incluindo as crenças sobre os comportamentos e atitudes parentais, as expectativas sobre as crianças e, sobre as causas atribuídas aos comportamentos das mesmas (Grusec, 2006; 2008) estes esquemas podem justificar o resultado final da relação pais-filhos. Em parte o ênfase prestado a esta relação, cada vez mais entendida como sendo bidirecional, é justificado pelas mudanças nas conceções sobre a educação (Kuczynski, 2003). Procurar os motivos que levam pais e filhos a agirem de determinada forma tem, até ao momento, tornado evidente que as atribuições feitas sobre os comportamentos dos filhos podem interferir com o desempenho da parentalidade, principalmente quando essas atribuições se encontram associadas a sentimentos de raiva ou depressão (Bugental & Happaney, 2002; Grusec, 2006; 2008). Nos casos em que é feita uma associação a sentimentos negativos, os pais, são distraídos da função e tarefa parental, pelo que mais facilmente desconsideram a perspectiva dos filhos e assumem comportamentos menos ajustados à situação (Bugental, Brown, & Reiss, 1996; Miller, Manhal, & Mee, 1991; Foli & Thompson, 2006). Os pais que mais facilmente identificam e consideram os pensamentos e sentimentos dos filhos durante as situações de conflito (e.g., birras,

desobediência) mais facilmente alcançam bons resultados na resolução dos mesmos (Hastings & Grusec, 1997), facilitando ao mesmo tempo a construção de representações de vinculação seguras nos filhos (Bernier & Dozier, 2003). Neste sentido, os pais que, através de mecanismos conscientes e inconscientes, têm em consideração e analisam com precisão os pensamentos e sentimentos dos filhos mais facilmente assumem comportamentos eficazes para resolução do conflito (Grusec, 2006; 2008). Nos casos e situações em que isto não acontece (i.e., quando a análise dos comportamentos, pensamento e sentimentos é pouco precisa e associada a sentimentos negativos) a resolução torna-se mais difícil e angustiante, tendo repercussões na eficácia da parentalidade (Grusec, 2006; 2008).

Realizado no âmbito de um projeto de investigação intitulado “*Ajustamento nas Famílias Adotivas*”, o presente estudo pretende estudar a consciência e as concepções sobre parentalidade dos pais adotivos acerca de si próprios no seu papel parental, a respeito da criança e da sua experiência de parentalidade, considerando por fim se existe alguma relação entre estas e o desenvolvimento das crianças. Através da função reflexiva, não estudada diretamente nesta investigação, é possível obter informações sobre uma dimensão mais intrapessoal, relativa ao autoconhecimento e autoconhecimento, e uma dimensão interpessoal, referente à capacidade para assumir e considerar que o outro tem pensamentos, emoções e até mesmo necessidades (Benbassat & Priel, 2012).

Assim, nos primeiros três capítulos apresenta-se uma revisão da literatura sobre as características da adoção e famílias adotivas, a transição para a parentalidade adotiva e, investimento e comportamentos dos pais adotivos na educação dos seus filhos. É explorado o conceito de consciência parental, fazendo-se referência ao que são os estágios de desenvolvimento cognitivo parental e à função reflexiva parental. Por último, foi apresentada uma breve revisão sobre o impacto da adoção no desenvolvimento das crianças.

No quarto capítulo foram apresentados os objetivos e no quinto o método, em que se caracterizam os participantes, os instrumentos e, os procedimentos utilizados.

No capítulo seis, encontram-se expostos os resultados obtidos no presente trabalho. Seguidamente, no capítulo sete são discutidos os resultados obtidos tendo em conta os objetivos previamente traçados e, as investigações já realizadas por outros autores.

Por último, no oitavo capítulo são sintetizados os principais resultados, bem como apontadas algumas conclusões e sugestões para futuras investigações, sustentadas no que foram as limitações e mais-valias do presente estudo.

I. A adoção e as famílias adotivas

Na atualidade, assim como ao longo de toda a história humana, é possível encontrar uma grande diversidade de famílias, tanto no que diz respeito à estrutura como à origem dos seus membros. Apesar de todas as dificuldades e adversidades que os indivíduos e as famílias enfrentam nos dias de hoje, o desejo de ter um filho, e como tal de ser pai ou mãe, continua a ser uma constante na vida da grande maioria dos indivíduos e, principalmente, dos casais (Salvaterra, 2007; Salvaterra & Veríssimo, 2008). Neste sentido, e de entre todas as possíveis formas de construir uma família e aceder à vivência da parentalidade, concretizando assim o desejo de ser pai, (Salvaterra, 2007) a adoção é apenas umas dessas variadas formas. Assim como encontramos diferentes tipos de famílias, por exemplo, com filhos biológicos também encontramos muitos tipos de famílias adotivas pelo que o mais indicado, como aconselha Salvaterra (2007), será referir-nos a famílias adotivas. Evoluindo como todas as outras famílias, ao longo do seu ciclo vital, estas famílias também atravessam uma multiplicidade de tarefas de desenvolvimento (Alarcão, 2006; Salvaterra, 2007), com alguns pontos comuns e outros diferenciados das restantes famílias. Progredindo por entre as diversas etapas, todas

elas com características e padrões de funcionamento muito específicos, o caminho que percorrem permite que todos os membros cresçam e se desenvolvam enquanto ser individual e enquanto família (Brodzinsky, 1987; Brodzinsky, Lang, & Smith, 1995). De entre as etapas e tarefas das famílias no seu ciclo vital encontramos a transição para a parentalidade.

Segundo McKay e Ross (2010), as investigações têm revelado que esta transição para a parentalidade adotiva pode ser um desafio, na maioria dos casos acompanhado por alterações ao nível da saúde mental (Gair, 1999; Senecky et al., 2009; Weissman et al., 2005) e, por mudanças ao nível da intimidade e dinâmica do casal (Ceballo, Lansford, Abbey, & Stewart, 2004). Apesar destas mudanças serem enumeradas em diversos estudos a verdade é que pouca atenção tem sido dada aos efeitos que o processo de adoção em si tem na saúde mental dos pais, pelo que muito caminho há ainda para percorrer no que diz respeito às experiências de ajustamento na etapa de transição para a parentalidade adotiva (McKay, Ross, & Golberg, 2010).

Particularmente em Portugal, no que diz respeito à temática da adoção as recentes investigações têm continuado a centrar-se, por exemplo, no impacto que a adoção tem no desenvolvimento das crianças adotadas (e.g., Barbosa-Ducharne & Costa, 2012; Batista, Soares, & Henriques, 2012; 2013), nas questões de vinculação (e.g., Salvaterra, 2007; Vitorino, 2013) e, na experiência de parentalidade adotiva (e.g., Vieira, 2010; Barbosa-Ducharne, Soares, Ferreira, & Monteiro, 2013; Barbosa-Ducharne, Soares, Barbosa, Silva, & Cardoso, 2011).

1. Transição para parentalidade adotiva

Após o confronto com desejo de ser pais e, na maioria dos casos, também com a dificuldade de acederem a esse desejo por via biológica, os pais começam a ponderar a

adoção. Esta tomada de decisão assume-se, segundo Silin (1996), como o primeiro movimento rumo à desafiante aventura da parentalidade adotiva.

O desejo de experienciar a parentalidade encontra-se intimamente relacionado com diferentes questões subjacentes ao desenvolvimento psicológico do indivíduo, nomeadamente, a forma como viveu e interpretou a sua infância e o seu papel de filho e, a forma como solucionou os conflitos subjacentes ao seu próprio desenvolvimento (Salvaterra & Veríssimo, 2008). Neste sentido, Belsky (1984), numa perspetiva ecossistémica, acrescentou ainda a importância que a relação do casal, as características individuais da criança e do contexto têm para essa etapa de vida.

A parentalidade implica, por isso, uma constante adaptação acompanhada por mudanças de cariz psicológico, que acontece ao mesmo tempo que ocorrem mudanças e transformações também na criança e no ambiente que os rodeia. Particularmente na parentalidade adotiva são experienciadas diversas transformações, por vezes difíceis, logo no período de pós-adoções (McKay, Ross, & Golberg, 2010; Foli & Thompson, 2006). Apesar de passarem por um grande número de obstáculos e emoções (Fontenot, 2007) estes desafios podem, segundo Patterson e Garwick (1994), ser compreendidos e analisados tendo por base a teoria do stress familiar. Esta teoria (Hill, 1949) diz-nos, de forma muito sucinta, que este período de ajustamento é um processo que requer que o casal, os pais, procurem equilibrar o que são as novas dificuldades (e.g., stress, cansaço, aborrecimento) com os fatores protetores e facilitadores que já possuíam na sua relação (e.g., suporte emocional, comunicação entre o casal). Assim, quanto melhor fizerem esse equilíbrio mais positiva será esta experiência. Contudo, o encontro desse equilíbrio pode ser facilitado se existir acompanhamento e, se for prestado apoio aos pais no período de pós-adoção. Num estudo realizado por Atkinson e Gonet (2007) com 500 pais adotivos observou-se que os pais indicavam os grupos de apoio constituídos por outros pais adotivos como umas das valências mais importantes e

fundamentais nas primeiras etapas do processo de adoção e, por isso, da sua transição para a parentalidade adotiva. Para além disso, importa assinalar que, mesmo que o número de desafios possa ser vasto, os pais adotivos, por norma, expressam mais satisfação e expectativas igualmente mais positivas, sobre o impacto que os filhos têm e/ou terão nas suas vidas, tanto a nível pessoal (experiência parental) como a nível familiar, comparativamente a pais com filhos biológicos (Levy-Shiff, Goldshmidt, & Har-Even, 1991; Vieira, 2010).

2. Investimento e comportamentos dos pais adotivos

Quanto ao investimento, comportamentos ou mesmo envolvimento dos pais, encontramos inúmeras investigações que estudaram o impacto dos fatores de risco e/ou situações adversas (e.g., Newberger, 1980; Newberger & Cook, 1983; Hodges, 2005; Hegar, 2005; McGuinness & Dyer, 2006; van den Dries, Juffer, van IJzendoorn, & Bakermans-Kranenburg, 2009). Todavia, são menores os estudos que procuram identificar os fatores positivos e preditores de um comportamento adaptado. Especificamente no âmbito do investimento parental, Gibson (2009) analisou as diferenças entre o investimento dispensado às crianças em famílias adotivas e em famílias com filhos biológicos, tendo observado que os pais com filhos adotivos apresentavam níveis mais elevados de investimento nas áreas da educação e competências sociais. Por sua vez, Sharma, McGue e Benson (1996 a, b) observaram que as crianças e jovens adotados exibiam um maior número de comportamentos pró-sociais. Os autores sugerem ainda que estes resultados podem ser explicados pelo facto destas crianças já terem passado por situações de abandono, pelo que o seu comportamento posterior visa evitar a repetição desta experiência (Sharma, McGue, & Benson, 1996 a, b). Possuidores de mais valores pró-sociais, os pais acabam por transmiti-los às crianças na educação e exemplos comportamentais que desempenham (Sharma, McGue, & Benson, 1996

a, b). Relacionada com a justificação anterior os autores referem ainda que as crianças adotadas reconhecem o valor destes comportamentos e tendem a adotá-los. Ainda no âmbito dos comportamentos pró-sociais, Barbosa-Ducharne e Costa (2012) observaram a existência de uma relação positiva e moderadamente significativa entre o tempo de adoção e a percepção destes comportamentos por parte da mãe (i.e., quanto maior era o tempo de integração da criança na família maior era o número de comportamentos pró-sociais percebidos pelas mães).

II. Consciencialização parental

A parentalidade pode ser vista como uma ocasião para melhorar alguns aspetos individuais, ao mesmo tempo que torna em evidência alguns aspetos sobre si e sobre os outros, pelo que se pode dizer que é um importante promotor de desenvolvimento e enriquecimento pessoal (Demick, 1975 citado por Demick, 2002). Contudo, quando se fala do conjunto das capacidades inatas e aprendidas dos indivíduos no seu papel parental ele é muitas vezes circunscrito à ideia de que a capacidade de amar um filho, por si só, já fornece condições (e.g., motivação, perseverança e compreensão) para o desempenho desse papel (Newberger & Cook, 1983).

Sendo a consciência dos pais um ponto muito diferente das atitudes parentais, mesmo que estas se encontrem ao nível da análise do pensamento, não podemos dar-lhes a mesma importância. Enquanto uma se refere a uma estrutura que tem por base conceitos e funções (consciência) a outra limita-se a designar comportamentos e estilos específicos (atitudes) (Newberger, 1980). Segundo a mesma autora e mais tarde segundo Demick (2002), que encontram a base para a sua afirmação nas teorias sociocognitivas do desenvolvimento, a estrutura cognitiva reporta-se a padrões estáveis de pensamento que revelam o significado que

o indivíduo atribui a determinada experiência e, como organiza as suas respostas. Ainda que a descrição dos traços principais do pensamento dos pais, assim como o impacto que pode ter sobre a criança até tenha gerado algumas pesquisas, estas acabam por gozar de uma abordagem mais superficial e restringir-se, essencialmente, ao campo das atitudes, práticas e comportamentos dos pais na educação das crianças (Newberger & Cook, 1983).

De acordo com algumas teorias, as concepções dos pais no que diz respeito ao seu papel parental e às crianças podem ser representativas de uma estrutura cognitiva associada à parentalidade (Demick, 2002). Ao relacionar-se constantemente com o ambiente externo as estruturas de pensamento podem mesmo desenvolver-se e permitir que o indivíduo comece a ponderar novos dados, ou mesmo perspectivas, que até então não havia tido em conta, refletindo-se essas alterações num aumento da flexibilidade de pensamento (Demick, 2002). É nesta ótica que muitas vezes a parentalidade tem sido definida, corroborando a ideia anteriormente apontada, de que é uma oportunidade de desenvolvimento para os pais.

Neste campo de estudos seria impossível não destacar o trabalho de Sameroff (1975) e Sameroff e Feil (1985). Para além disso, importa ainda assinalar os trabalhos de Newberger (1977, 1980) e Newberger e Cook (1983) que em parte, têm sido a base para a presente investigação. Estes autores estudaram as concepções dos pais sobre as crianças e sobre o seu papel parental. Segundo Demick (2002), estes autores têm procurado elaborar explicações sobre o desenvolvimento da consciência parental ao nível sociocognitivo e, estabelecer um paralelo com as fases de desenvolvimento intelectual que Piaget definiu para as crianças.

No âmbito dos estudos sobre a parentalidade e suas concepções Hoghughi (2004), tendo por referência o Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (1994) e, o Modelo Determinante da Parentalidade de Belsky (1984), elaborou o Modelo Integrativo da Parentalidade. Segundo este modelo é possível agrupar as diversas dimensões da parentalidade em três áreas. A área de atividades parentais, referente ao conjunto de atitudes e práticas que permitem um saudável

e equilibrado desenvolvimento das crianças. Uma segunda área referente à atenção e vigilância parental sobre as questões de saúde física, mental e, relações sociais, designada de área funcional. E, por último, a área dos pré-requisitos operacionais do desempenho parental (i.e., compreensão, reconhecimento das necessidades das crianças, motivação).

1. Estágios de desenvolvimento cognitivo parental

Sameroff (1975) e Sameroff e Feil (1985), inspirados nos estágios de desenvolvimento definidos por Piaget, definiram quatro fases de desenvolvimento para os pais (i. e., simbólica, categorial, compensação e perspetivista). Tal como as crianças, a transição dos pais por estas etapas quereria dizer que num primeiro momento os pais estariam tão envolvidos com a criança, logo após a sua chegada, que seriam incapazes de se perceber como seres individuais, ou seja, não seria feita a diferenciação entre eles e a criança. Apesar de parecer preocupante, esta teoria leva-nos a querer que este seria um momento e etapa necessários para que no momento seguinte houvesse “evolução” para estágios seguintes. Esta primeira ideia faz-nos recordar Winnicott (2000), quando refere um estado psicológico muito especial pelo qual todas as mães passariam e que este autor chamou de *Preocupação Materna Primária*. Por sua vez, com as famílias adotivas acontecerá o mesmo, apesar do casal não passar pelo processo físico do nascimento do bebé passa pelo processo de um “nascimento psicológico”. Posto isto, os estágios seguintes seriam marcados pela diferenciação entre pai e filho (Demick, 2002). No último estágio os pais “*são capazes de pensar hipoteticamente e interpretar o comportamento dos seus filhos tendo em conta a complexidade da experiência, contexto, e atuação; além disso, os pais nesta fase são capazes de pensar de forma construtiva sobre soluções para superar tanto questões gerais com identificar deficiências na criança*” (Demick, 2002, p. 393-994).

Esta ideia de transição entre os diferentes níveis ou estágios marcada pela crescente adequação da compreensão faz com que a natureza das concepções dos pais que aqui temos vindo a falar não se refira apenas valores isolados mas a uma hierarquia de conhecimentos (Newberger, 1980).

Newberger (1977, 1980) e Newberger e Cook (1983) distinguem a “consciência parental” das “atitudes parentais”, pelo que definem concretamente diferentes níveis de pensamento ou de consciência parental. Estas etapas do pensamento dos pais encontram-se distribuídas ao longo de quatro níveis (Newberger, 1977; Demick, 2002), nomeadamente:

- Nível 1 - Orientação Egoísta – etapa onde o pai se encontra centrado nas suas próprias necessidades e interesses, percebendo a criança como uma projeção sua;
- Nível 2 - Orientação Convencional – neste nível são incluídas as diretrizes culturais e as normas esperadas das crianças e para as crianças, pelo que as explicações para o seu comportamento e ideias têm uma base essencialmente externa;
- Nível 3 - Orientação Subjetiva - são abandonadas, neste nível, as diretrizes externas, as normas sociais e culturais, pelo que a criança começa a ser considerada como um ser único, onde ganha peso também a relação pai-filho;
- Nível 4 - Orientação Analítica - é o nível mais elaborado, onde os pais se consideram a si e à criança como sistemas complexos, em constante mudança, que sofrem influências mutuas e ainda dos restantes sistemas que os rodeiam.

2. Função Reflexiva

Dando destaque ao facto de, tanto os pais como as crianças, serem elementos ativos que se influenciam mutuamente, algumas das teorias contemporâneas de socialização têm considerado a capacidade dos pais para pensar sobre o seu comportamento e ações, bem como

para construir significados e expectativas, no que diz respeito à relação que estabelecem com os filhos (Grusec, Goodnow, & Kuczynski, 2000; Kuczynski & Parkin, 2007). Definida como a aptidão metacognitiva para considerar e refletir sobre os pensamentos e sentimentos, do próprio e dos outros, a função reflexiva (Benbassat & Priel, 2012) acaba por se integrar também na ordem da consciência parental. Esta capacidade contempla a existência de uma dimensão intrapessoal onde à capacidade de autoconhecimento e compreensão das suas ações (associada na consciência parental à capacidade para perceber o que é e que influências recebe) surge uma dimensão interpessoal (capacidade para considerar os pensamentos, sentimentos e necessidades dos outros) (Slade, 2005; Benbassat & Priel, 2012).

Inicialmente desenvolvido no âmbito das teorias da vinculação este foi um conceito que veio mais tarde a ser alargado, passando a incluir a aptidão do indivíduo para refletir sobre os seus pensamentos e até sobre os seus sentimentos e dos outros, inclusive dos seus filhos (Benbassat & Priel, 2012). Especificamente na temática aqui estudada, este conceito relaciona-se com a capacidade dos pais para expressar empatia relativamente ao estado emocional da criança bem como de compreender as suas necessidades, contribuindo estas tarefas para o seu desenvolvimento pessoal (Bram & Gabbard, 2001).

III. Impacto da adoção no desenvolvimento das crianças

A adoção enquanto processo para salvaguardar o superior interesse das crianças acaba por influenciar o desenvolvimento das mesmas, seja no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, seja no se refere à vinculação. Encontramos na literatura um grande número de investigações referentes às fragilidades emocionais, intelectuais e até mesmo físicas no processo de adaptação dos filhos adotivos (e.g., Brodzinsky & Huffman, 1988; van Londen,

Juffer, & van IJzendoorn, 2007). Estas investigações procuraram perceber se essa influência seria positiva ou negativa.

Segundo Johnson (2002), um dos objetivos da adoção será proporcionar à criança um ambiente livre de hostilidade, onde esta possa ter um saudável desenvolvimento num ambiente igualmente saudável. Alguns autores argumentam a favor da manutenção das crianças na sua família de origem (Duke, 1999 citado por Johnson, 2002). Contudo, muitas das investigações realizadas ao longo dos anos foram afirmando que a adoção poderia ser uma forma de promover o desenvolvimento das crianças em ambientes normativos e saudáveis (Johnson, 2002; Salvaterra & Veríssimo, 2008). Se por um lado a adoção representa uma profunda alteração na vidas das crianças institucionalizadas (Chisholm, 1998; Marcovitch et al., 1997 citados por Vorria et al., 2006), está também pode ser uma oportunidade para promover o desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental, principalmente em crianças que foram alvo de graves negligências e/ou abusos (Johnson, 2002). O objetivo final e principal reside na promoção/procura em tornar uma criança que passou, nos seus primeiros anos de vida, por ambientes extremamente hostis que colocavam em risco o seu desenvolvimento e que, muitas vezes, a tornaram uma criança dependente, num adulto seguro, independente (Johnson, 2002) e, naturalmente com mais habilidades sociais. A maior parte das crianças acaba por conhecer uma melhoria significativa na sua vida depois de colocada na sua família adotiva (Hoksbergen, 1999). Segundo Johnson (2002) talvez uma das explicações seja o facto dos pais adotivos passarem por uma criteriosa análise e seleção, onde tudo é escrutinado e analisado.

As crianças que se encontram institucionalizadas apresentam principalmente atraso desenvolvimental (a nível cognitivo, físico e social) e por isso também dificuldades de aprendizagem, problemas emocionais e, dificuldades em criar vínculos afetivos sólidos e saudáveis (Frank, Klass, Earls, & Eisenberg, 1996; Johnson, 2002). A maioria dos estudos

relata que estas crianças apresentam graves atrasos de desenvolvimento no momento em que são colocados na sua família adotiva (e.g., Johnson, 2002; van Londen, Juffer, & van IJzendoorn, 2007; Juffer & van IJzendoorn, 2009; Barbosa-Ducharme & Costa, 2012; Batista, Soares, & Henriques, 2012). Todavia, a grande maioria delas apresenta rapidamente, logo nos primeiros anos, mudanças positivas no seu desenvolvimento (Johnson, 2002). Mais especificamente, Hodges (2005) observou que as crianças institucionalizadas apresentavam menos perturbações de comportamento e, menos problemas emocionais comparativamente às crianças em famílias de acolhimento. Contudo, as crianças adotadas apresentavam índices ainda mais baixos no que dizia respeito a estas problemáticas (Hodges, 2005). Apesar de alguns estudos mostrarem que as crianças adotadas ainda em bebês parecem apresentar um melhor ajustamento e desenvolvimento normativo (e.g., Weinberg, Scarr, & Waldman, 1992), também é do conhecimento geral que, quando existem transtornos emocionais, estes têm tendência a decrescer, nos meninos, à medida que a idade avança (i.e., quanto mais velhos menor incidência de problemas emocionais), mas a aumentar, nas meninas, também à medida que se tornam mais velhas (Hodges, 2005). Contudo, apenas se existir um maior investimento na realização de estudos longitudinais (i.e., 10 a 20 anos), se conseguirá perceber em que medida estes problemas afetam as famílias e as crianças.

No caso da adoção de crianças mais velhas e de adolescentes os estudos apontam para o facto de estes poderem apresentar níveis mais elevados de problemas de comportamento, comparativamente com crianças mais pequenas (Haugaard, Wojslawowicz, & Palmer, 2008). Estes resultados podem estar relacionados com o facto dos adolescentes possuírem muitas vezes um período mais alargado de experiências de abusos e/ou negligência o que conseqüentemente pode ter provocado mais e mais graves problemas comportamentais e emocionais (Marinho, 2012). Contudo, Howe (1997) aponta que não é apenas a variável

idade que tem peso nesta relação mais sim o acumular de situações adversas nos anos que antecedem a adoção.

Todavia, Brodzinsky e Huffman (1988) consideram que os pais adotivos têm um conjunto de características que facilita a superação destas dificuldades e adversidades. No caso das adoções precoces as investigações longitudinais verificaram que após a adoção as crianças apresentavam um Q.I. mais elevado que o esperado (Scarr & Weinberg, 1983; Weinberg, Scarr, & Waldman, 1992).

Assim, pode-se considerar que o ambiente de uma família adotiva exerce a função de fator protetor no que se refere ao desenvolvimento das crianças que tenham estado expostas, na família biológica, a consumos abusivos de álcool, ou mesmo que os pais tinham ficha criminal e/ou doença mental (Brodzinskiy & Pinderhughes, 2002; Hodges, 2005). Em suma, é possível afirmar que na maioria dos casos existe uma resposta positiva ao ambiente desenvolvimental da família adotiva, também ele positivo. Depois de expostas a tal ambiente positivo as crianças apresentam índices mais baixos no que toca a comportamentos delinquentes, criminosos e/ou antissociais, abuso de álcool ou drogas e, a internamento psiquiátrico, quando são comparados aos seus pais biológicos ou mesmo a irmãos que tenham permanecido com os mesmos (Hodges, 2005).

IV. Objetivos do estudo

1. Objetivo geral

Na presente investigação pretende-se, utilizando um paradigma transversal, descritivo e correlacional, explorar a consciência e as conceções sobre a parentalidade dos pais adotantes, analisando igualmente as influências que as variáveis individuais podem exercer sobre os mesmos. Por último, pretende-se observar brevemente se a consciência e as

conceções sobre a parentalidade desses pais se encontra relacionada com o desenvolvimento dos filhos.

2. Objetivos específicos

Tendo por base a revisão da literatura efetuada, foram ainda definidos os seguintes objetivos específicos:

- Explorar a relação entre o número de anos de estudos, os rendimentos familiares mensais e, a consciência e conceções sobre a parentalidade dos pais em qualquer uma das dimensões da escala.
- Analisar a relação entre o nível de consciência e conceções sobre a parentalidade dos pais em função da idade e do sexo das crianças;
- Examinar a relação entre os níveis totais de consciência e conceções sobre a parentalidade dos pais e o desenvolvimento das crianças;
- Caracterizar a consciência e conceções sobre a parentalidade dos pais, expressa em níveis, ao longo da entrevista;

V. Método

1. Participantes

O método de seleção dos participantes foi o método de amostragem por conveniência, determinada pela acessibilidade, isto é, consoante os contactos que eram disponibilizados pela equipa de adoção da Segurança Social de Faro à equipa de investigação.

Participaram nesta investigação 30 famílias adotivas residentes na região do Algarve. Esta amostra é composta por 30 pais, com uma média de 41,23 anos de idade ($DP = 4,19$;

Min = 33; Max = 51) e, por 30 mães, com uma média de 40,97 anos de idade ($DP = 4,45$; Min = 32; Max = 50). Para além disso, compõem ainda esta amostra 30 crianças, com uma média de 6,27 anos idades ($DP = 2,92$; Min = 1; Max = 13), sendo que 7 (23,3%) eram do sexo feminino e 23 (76,7%) do sexo masculino.

As crianças foram adotadas, em média, com 26,09 meses de idade, pelo que já se encontravam com a família há cerca de 55,76 meses (i.e., aproximadamente há 4 anos) (Tabela 1).

Tabela 1
Informações relativas à história da criança na família (em meses).

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Idade de Adoção	26,69	24,18	1	110
Tempo de Adoção	55,76	35,00	13	160

No que se refere à constituição familiar, todas as famílias apresentaram uma tipologia biparental, sendo que 90% dos casais se encontram casados e, apenas, 6,7% em união de facto. Importa referir que, independentemente do estado civil, os relacionamentos têm em média a duração de 14,41 anos ($DP = 5,00$; Min = 5; Max = 26). Ainda relativamente às figuras parentais verificou-se que nenhuma mãe possuía apenas o ensino primário completo, pelo que 43,3% das mães possui o ensino secundário concluído e, 50% estudos universitários (e.g., licenciatura). No que se refere à figura paterna 6,7% referiu possuir apenas o ensino primário concluído, ao passo que 50% possuía o ensino secundário concluído e, 33,3% ensino universitário.

Tendo em conta o total de mães da amostra verificou-se que 70% das mães encontram-se empregadas e, efetivas, em média, há 10,6 anos ($DP = 6,68$; Min = 1; Max = 26). Por sua vez, verificou-se que 75% das figuras paternas se encontram efetivos. No que se refere ao

tempo de empregabilidade verificou-se que os pais estão, em média, empregados há cerca de 10,7 anos ($DP = 6,68$; $Min = 0$; $Max = 22$). Importa ainda referir que ambas as figuras parentais se encontravam distribuídas de forma semelhante entre profissões de qualificação média e alta.

No que concerne aos rendimentos mensais, as famílias, apresentaram um rendimento médio mensal de 2.244€ ($DP = 879,20$; $Min = 940$; $Max = 4100$).

2. Instrumentos

2.1. Questionário de dados sociodemográficos

Com os questionários de dados sociodemográficos foram recolhidas informações referentes aos pais e às crianças. No que diz respeito aos pais foi pedido que apontassem o seu estado civil, tipo de família (i.e., monoparental, biparental), idade, habilitações literárias, número de anos de estudos, condição de empregabilidade e, profissão. Quanto às crianças foram recolhidas informações a respeito da idade e data de nascimento, sexo, idade da adoção e tempo de integração na família.

2.2. Escala de desenvolvimento mental de Ruth Griffiths

Para obter o perfil desenvolvimental das crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 7 anos de idade foi aplicada a Escala de Desenvolvimento Mental de Ruth Griffiths (2006). Esta escala inclui seis subescalas de avaliação: Locomoção, Pessoal e Social, Audição e Linguagem, Coordenação Olho-Mão, Realização e, Raciocínio Prático. Permite obter por isso informação a respeito das áreas que se encontram mais e menos favorecidas em cada criança, bem como a idade mental global e o percentil em que se situa nas diferentes áreas.

2.3. Escala de inteligência de Wechsler para crianças – Terceira edição

Para obter o perfil desenvolvimental das crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos de idade utilizámos a terceira edição da Escala de Inteligência de Wechsler para crianças (WISC-III). Este instrumento avalia a inteligência das crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos e 11 meses de idade, permitindo através de 6 resultados (i.e., Q.I. Verbal, Q.I. de Realização, Q.I. de Escala Completa, Índice de Compreensão Verbal, Índice de Organização Perceptiva e Índice de Velocidade de Processamento) sintetizar o desempenho e atual desenvolvimento das crianças e dos jovens (Wechsler, 2003). Comparativamente à escala anterior permite também, através da análise final das suas áreas mais fortes e mais fracas, obter a noção do desenvolvimento geral. Esta escala encontra-se organizada em 10 subtestes obrigatórios (i.e., Completamento de Gravuras, Informação, Código, Semelhanças, Disposição de Gravuras, Aritmética, Cubos, Vocabulário, Composição de Objetos e Compreensão) e três subtestes opcionais (Pesquisa de símbolos, Memória de Dígitos e Labirintos).

2.4. Escala de concepções sobre a parentalidade

Foi realizada juntos dos pais uma entrevista semiestruturada cuja estrutura e conteúdo tem por base a *Parental Self-Reflectiveness Scale* e, adotado para sistema de cotação o procedimento concebido por Newberger (1977, 1980) e por Newberger e Cook (1983). Contudo, uma vez que se trata de uma adaptação da escala original foi necessário realizar algumas entrevistas de teste. No decorrer destas entrevistas foi possível constatar que, para os pais, algumas das questões se tornavam muito repetitivas, pelo que na sua versão final se optou por excluir essas questões (Tabela 2 e 3).

A entrevista permite avaliar a consciência e as concepções sobre a parentalidade dos pais, centrando-se assim na estrutura de pensamento que os pais têm a respeito de si próprios, a respeito da criança e, ainda, a respeito experiência de ser pai ou mãe (Priel, Melamed-Hass, Besser, & Kantor, 2000). A entrevista possui como principais dimensões: Parentalidade Personalizada (9 itens), Compreensão do Cumprimento das Crianças (4 itens), Compreensão das Exigências Parentais (2 itens), Satisfação com a Parentalidade (4 itens), assim como Descrições Abertas (9 itens) relativas à criança e à sua relação com a mesma (Priel et al., 2000). Para além disso, o sistema de cotação utilizado permite-nos ainda ordenar as respostas dos pais pelos quatro níveis já referidos anteriormente (i.e., Orientação Egoísta, Orientação Convencional, Orientação Subjetiva e, Orientação Analítica), cada vez mais abrangentes consoante a consciência e tipo de concepções, referentes à parentalidade, apresentadas pelos pais (Newberger, 1980).

Tabela 2

Escala de Concepções sobre a Parentalidade, questões incluídas e excluídas nas dimensões Parentalidade Personalizada, Compreensão do Cumprimento das Crianças e, Compreensão das Exigências Parentais.

	Questões Incluídas	Questões Excluídas
1. Parentalidade Personalizada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como é que as pessoas sabem se são bons pais? 2. Conhece alguém que considera que seja uma boa mãe ou bom pai? 3. Como é que aprendeu a ser pai/mãe? 4. Qual tem sido a influência mais importante para si como pai/mãe? 5. O que significa para si educar uma criança? 6. Qual é que você acha que é o objetivo mais importante de educar um filho? 7. Quais são as “tarefas” e obrigações dos pais na educação das crianças? 8. Qual é que tem sido a influência mais importante na educação do(a) seu/sua filho(a)? 9. O que acha que as crianças mais precisam dos seus pais? 	
2. Compreensão do Cumprimento das Crianças	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quando o(a) seu/sua filho(a) não obedece como se sente? 2. Quando o(a) seu/sua filho(a) não obedece o que faz? 3. Quando o(a) seu/sua filho(a) não obedece como se sente? 4. Lembre-se de uma vez que o(a) seu/sua filho(a) não obedeceu e que fez uma birra, o que pensou? 	
3. Compreensão das Exigências Parentais	<ol style="list-style-type: none"> 2. Quais é que acha que são os objetivos, a utilidade e a importância das regras e de limites na educação do(a) seu/sua filho(a)? 3. Algumas pessoas dizem que as crianças devem ser disciplinadas, o que acha sobre isso? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é, para si, o principal objetivo da educação de uma criança? 4. Quais são as obrigações dos pais perante as crianças?

Tabela 3

Escala de Concepções sobre a Parentalidade, questões incluídas e excluídas nas dimensões Satisfação com a Parentalidade Personalizada e Descrições Abertas.

	Questões Incluídas	Questões Excluídas
4. Satisfação com a Parentalidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual considera que foi o momento em que se tornou pai/mãe? 2. O que sentiu nesse momento, quando se tornou pai/mãe? 3. quais são os momentos e situações em que sente mesmo prazer, alegria e/ou divertimento com o(a) seu/sua filho(a)? 4. Diga-me em que momentos e/ou situações em que sente mesmo orgulho do(a) seu/sua filho(a)? 	
5. Descrições Abertas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descreva-me pormenorizadamente o(a) seu/sua filho(a), com todas as ideias possíveis que lhe vierem à cabeça/ Como descreveria o(a) seu/sua filho(a)? 2. Quando olha para o(a) seu/sua filho(a) como se/o que sente? 3. Como se sente afetivamente/emocionalmente em relação ao(à) seu/sua filho(a)? 4. Imagine que o(a) seu/sua filho(a) está a andar à sua frente, cai e começa a chorar? O que sente? O que faz? 5. Como imagina a sua relação com o(a) seu/sua filho(a) quando ele(a) tiver 30 anos? 6. E em casa, na família que coisas/aspetos acha serem mais importantes? Porquê? Justifique a sua resposta. 7. Quais é que acha que são as influências mais importantes no desenvolvimento e comportamento do(a) seu/sua filho(a)? 8. Quais acha que são os sentimentos do(a) seu/sua filho(a) acerca do que você é como pai/mãe? 9. Porque acha que é importante para as crianças sentirem-se amadas e queridas? 	

3. Procedimento

3.1. Procedimento de Recolha de Dados

Num primeiro momento, foram realizados pela Psicóloga responsável pela investigação vários contactos com a equipa de adoção da Segurança Social de Faro, de modo a partilhar a intenção e pertinência de um estudo sobre o processo de ajustamento em famílias adotivas. Confirmado o interesse e aceitação da realização da investigação, e após serem pedidas e concedidas as necessárias autorizações, a equipa de adoção da Segurança Social de Faro ofereceu-se para efetuar um primeiro contacto telefónico com as famílias adotivas. Nestes contactos as famílias foram informadas acerca dos objetivos do estudo, questionadas sobre o seu interesse em participar e, caso a resposta fosse afirmativa, solicitar a sua autorização para ceder os seus contactos à responsável pela investigação.

Numa segunda fase, as famílias voltaram a ser contactadas pela psicóloga responsável pela investigação, onde lhes foram explicados detalhadamente os objetivos do estudo, os procedimentos de recolha de dados e, ainda, respondidas as possíveis dúvidas dos pais. Mais uma vez foram questionados acerca do seu interesse em participar no estudo e, se a resposta fosse mais uma vez afirmativa eram questionados acerca de uma data para marcar uma visita domiciliária.

Deste modo, numa terceira fase foi necessário enviar por correio, para as famílias, alguns documentos que idealmente deveriam estar preenchidos até à data da visita domiciliária agendada anteriormente (e.g., carta explicativa dos objetivos gerais e específicos do estudo, bem como dos procedimentos de recolha de dados e de análise dos resultados, uma carta de consentimento informado e alguns questionários para preencherem de forma autónoma).

Procedeu-se, por isso, numa quarta fase à visita domiciliária, realizada sempre por duas investigadoras, para que fosse possível recolher todos os dados sem maior prejuízo de

tempo para as famílias. Deste modo, uma das investigadoras poderia realizar individualmente com cada pai a Escala de Conceções sobre a Parentalidade, aplicada em entrevista e, registada em formato áudio. Ao mesmo tempo que era realizado, noutra espaço, a aplicação da escala de desenvolvimento à criança. As visitas domiciliárias realizaram-se entre Julho de 2012 e Dezembro de 2012 e que tiveram, em média, a duração de 6 horas, o que fez um total de 180 horas de recolha de dados.

Numa última fase foi necessário proceder à transcrição integral e cotação de todas as entrevistas, bem como à cotação das escalas de desenvolvimento aplicadas às crianças. A transcrição das entrevistas estendeu-se aproximadamente por um período de 145 horas. Só assim seria possível realizar a cotação das entrevistas, que se estendeu aproximadamente por um total de 42 horas, para que mais tarde se proceder às análises estatísticas pretendidas.

3.2. Procedimento de Análise dos Dados

A análise dos dados foi efetuada no programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), na sua versão 20.

Num primeiro momento foram realizadas análises exploratórias com vista a averiguar a normalidade dos dados recolhidos e, a existência de casos extremos. Como tal foi realizado o teste para análise da normalidade *Shapiro-Wilk*, onde se analisaram se os níveis de significância eram suficientemente elevados (i.e., $p > 0,05$) para assumir o pressuposto de normalidade (Pereira, 2004). Nos casos das variáveis que não cumpriram os pressupostos de normalidade foram utilizados os testes não paramétricos que lhe são correspondentes. Contudo, em caso de concordância de resultados entre os tipos de testes foram apresentados os resultados referentes aos testes paramétricos. Observou-se ainda os *z scores* que indicaram a inexistência de casos extremos (i.e., *z scores* inferiores a 3,29) (Field, 2009).

Procedeu-se de seguida às análises descritivas da amostra, pelo que foi apresentado o N da amostra, médias, desvios-padrão, mínimos e máximos.

Com o intuito de perceber as associações entre as variáveis em estudo foi realizado o teste momento produto de *Pearson*, pelo que junto com estes resultados, foram referidas as respetivas magnitudes de efeito. Os resultados de significância estatística foram interpretados de acordo com os critérios sugeridos por Cohen (1992), em que $r = 0,10$ representa uma associação fraca, $r = 0,30$ representa uma associação média e, $r = 0,50$ uma associação grande. A opção por apresentar estes dados prende-se com o facto de a existência de uma relação estatisticamente significativa não significar necessariamente um efeito importante (Field, 2009).

Como análise complementar ao teste momento produto de *Pearson* foi ainda calculado o coeficiente de determinação, uma vez que nos oferece as percentagens de variância compartilhada por duas variáveis (Almeida & Freire, 2008; Field, 2009).

Foi ainda efetuado um teste de comparação de médias emparelhadas (*Paired Sample t-Teste*). Com este teste não se pretendeu apenas ver se existiam diferenças entre as médias das dimensões entre mães e pais mas se estas eram significativas. Uma vez que a realização deste teste deve ser também complementada com a medida do tamanho de efeito optou-se, de entre as três mais comuns sugeridas por Field (2009) (i.e., d de Cohen, coeficiente de correlação r e odds ratio), pelo d de Cohen, interpretado também de acordo os critérios sugeridos por Cohen (1992).

Seguidamente foram calculados e apresentados os coeficientes de variação (CV), por permitirem comparar variáveis mesmo quando não possuem a mesma unidade de medida (Fortin, 2003) para todas as figuras parentais em estudo (i.e., 30 mães e 30 pais). Posteriormente, foram criados três grupos com base nas percentagens dos coeficientes de variação e apresentados dois estudos de caso para grupos diferentes. Assinale-se que não foi

apresentado um terceiro estudo de caso pelo facto de não se ter observado a existência de membros com um coeficiente variação superior a 68%. A importância em apresentar estas análises em formato de estudo de caso e, como tal, tendo por base um paradigma mais interpretativo (i.e., qualitativo) prendeu-se com facto de se considerar relevante estudar os fenómenos observados tendo por base a perspectiva do outro e assim respeitar os seus marcos de referência (Almeida & Freire, 2009).

VI. Resultados

1. Relação entre as dimensões da escala de concepções sobre a parentalidade e as variáveis sociodemográficas dos pais adotivos

A associação entre as dimensões da Escala de Concepções sobre a Parentalidade foi avaliada através do coeficiente de correlação momento produto de *Pearson* (Tabela 4).

Tabela 4

Relação entre os totais das dimensões da Escala de Concepções sobre a Parentalidade.

	1	2	3	4	5
1. Parentalidade Personalizada	-	0,72**	0,41*	0,31	0,43*
2. Cumprimento das Crianças	0,53**	-	0,33	0,18	0,31
3. Compreensão das Exigências Parentais	0,59**	0,63**	-	0,27	0,37*
4. Satisfação com a Parentalidade	0,36*	0,47**	0,13	-	0,49**
5. Descrições Abertas	0,41*	0,59**	0,33	0,28	-

Nota: na parte superior direita da tabela encontram-se os resultados referentes às mães, enquanto que na parte inferior esquerda estão os resultados correspondentes aos pais.
 $p < .05^*$, $p < .01^{**}$

Como podemos observar na tabela 4, no que se refere às mães, a dimensão 1 (i.e., Parentalidade Personalizada) encontra-se positiva e significativamente relacionada com a dimensão de Compreensão do Cumprimento das Crianças ($r = 0,72; p < 0,01$), com efeitos de grande magnitude. Importa ainda assinalar que estas variáveis partilham uma variância de 51,5%, pelo que 48,5% da variância se deverá a outros fatores. A dimensão Parentalidade Personalizada encontra-se ainda positiva e significativamente relacionada com a dimensão de Compreensão das Exigências Parentais ($r = 0,41; p < 0,05$) e com a dimensão de Descrições Abertas ($r = 0,43; p < 0,05$), ambas com efeitos de média magnitude. No primeiro caso, as variáveis compartilham apenas 17,2% de variância e, no segundo caso apenas 18,8%.

Verificou-se ainda a existência de associações entre as dimensões Compreensão das Exigências Parentais e de Descrições Abertas ($r = 0,37; p < 0,05$), com uma variabilidade de 14,1% e, entre as dimensões Satisfação com a Parentalidade e de Descrições Abertas ($r = 0,49; p < 0,01$), apresentando uma variância partilhada de 24,4%. Assinale-se que as associações descritas anteriormente apresentam efeitos de média magnitude.

Nos pais, observou-se que todas as dimensões da escala se encontram positiva e significativamente relacionadas com a dimensão de Parentalidade Personalizada, com efeitos de grande e média magnitude. Verificou-se ainda a existência de relações positivas e significativas, e com efeitos de grande e média magnitude, entre a dimensão de Compreensão do Cumprimento das Crianças e todas as restantes dimensões.

Na tabela 5 são apresentados os resultados da comparação das médias emparelhadas, entre mães e pais, para as diferentes dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade.

Tabela 5

Comparação de médias emparelhadas entre mães e pais, entre as diferentes dimensões da Escala de Concepções sobre a Parentalidade.

	Mãe		Pai		<i>t</i>	<i>df</i>	<i>p</i>	<i>d</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>				
1. Parentalidade Personalizada	2,55	0,61	2,37	0,55	1,45	29	0,157	0,31
2. Compreensão do Cumprimento das Crianças	2,28	0,70	2,14	0,62	0,97	29	0,341	0,06
3. Compreensão das Exigências Parentais	2,52	0,70	2,40	0,67	0,711	29	0,483	0,17
4. Satisfação com a Parentalidade	2,28	0,71	2,33	0,75	-0,31	29	0,61	-0,07
5. Descrições Abertas	2,48	0,51	2,26	0,54	2,18	29	0,038	0,42

A análise da tabela 5 permite verificar que, com exceção da dimensão Descrições Abertas ($t = 2,18$; $df = 29$; $p = 0,038$), não existem diferenças significativas entre pais e mães nas restantes dimensões. No único caso onde se verificou a existência de diferenças significativas observou-se também a existência de efeitos de média magnitude ($d = 0,42$). Para além disso, é possível observar que tanto as mães como os pais, em média, se situam principalmente no nível 2 de consciência e concepções sobre a parentalidade.

Posteriormente foram realizadas análises com o intuito de perceber se existia associação entre o número de anos de estudos das figuras parentais e as dimensões da escala.

Tabela 6

Relação entre os anos de estudos e as dimensões da Escala de Concepções sobre a Parentalidade da mãe.

	Anos de Estudos	
Dimensões	1. Parentalidade Personalizada	0,55**
	2. Compreensão do Cumprimento das Crianças	0,41*
	3. Compreensão das Exigências Parentais	0,40*
	4. Satisfação com a Parentalidade	0,44*
	5. Descrições Abertas	0,37

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

No que se refere aos anos de estudos das mães foram encontradas associações positivas e significativas entre esta variável e as dimensões Parentalidade Personalizada ($r = 0,55$; $p < 0,01$), partilhando uma variabilidade de 29,9%, Compreensão do Cumprimento das Crianças ($r = 0,41$; $p < 0,05$), com variância de 17,1%, Compreensão das Exigências Parentais ($r = 0,40$; $p < 0,05$), partilhando 16% de variabilidade e, por último, a dimensão de Satisfação com a Parentalidade ($r = 0,44$; $p < 0,05$), compartilhando 19,7% de variabilidade. De acordo com os critérios de Cohen estas associações apresentam grandes e médios efeitos de magnitude. Este resultados sugerem ainda que quanto mais anos de estudos as mães possuem mais elevados são os seus níveis de resposta nas referidas dimensões.

Ainda no que diz respeito à figura parental materna foram exploradas a existência de relações entre as dimensões da já referida escala e os rendimentos familiares mensais (Tabela 7).

Tabela 7

Relação entre os rendimentos familiares mensais e as dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade da mãe.

	Rendimentos Familiares Mensais
1. Parentalidade Personalizada	0,58**
2. Compreensão do Cumprimento das Crianças	0,56**
3. Compreensão das Exigências Parentais	0,24
4. Satisfação com a Parentalidade	0,17
5. Descrições Abertas	0,19

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

Observando a tabela 7 é possível verificar a existência de relação positiva e significativa entre os rendimentos familiares mensais e a dimensão de Parentalidade Personalizada ($r = 0,58$; $p < 0,01$), com efeitos de grande magnitude. Verificou-se ainda que estas variáveis partilham uma variância de 34%, o que significa que 66% desta variabilidade se deverá a outros fatores. Presenciou-se ainda a existência de associação também positiva e significativa entre a variável de rendimento familiar mensal e a dimensão de Compreensão do Cumprimento das Crianças ($r = 0,56$; $p < 0,01$), igualmente com efeitos de grande magnitude. Mais se assinala que estas variáveis partilham 31,2% de variabilidade, deixando 68,8% ao abrigo de outros fatores.

Assinala-se que, assim como no caso anterior, os resultados sugerem que quanto mais altos são os rendimentos familiares mensais mais elevados serão os níveis de resposta encontrados nas dimensões supra citadas.

Tabela 8

Relação entre os anos de estudos e as dimensões da Escala de Concepções sobre a Parentalidade do pai.

	Anos de Estudos	
Dimensões	1. Parentalidade Personalizada	0,46*
	2. Compreensão do Cumprimento das Crianças	0,32
	3. Compreensão das Exigências Parentais	0,29
	4. Satisfação com a Parentalidade	0,25
	5. Descrições Abertas	0,09

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

Com base na análise da tabela 8 é possível verificar que a variável anos de estudos dos pais se encontra positiva e significativamente relacionada apenas com a dimensão de Parentalidade Personalizada ($r = 0,56$; $p < 0,01$), com efeitos de média magnitude. Observou-se ainda que estas variáveis partilham apenas 21,3% de variabilidade. Pode por isso dizer-se que quantos mais elevados os anos de estudos dos pais mais elevados serão os níveis de resposta na dimensão de Parentalidade Personalizada.

Na tabela 9 são apresentadas as associações entre os rendimentos familiares mensais e os níveis de resposta dos pais nas dimensões da escala.

Tabela 9

Relação entre os rendimentos familiares mensais e as dimensões da Escala de Concepções sobre a Parentalidade do pai.

	Rendimentos Familiares Mensais	
Dimensões	1. Parentalidade Personalizada	0,55**
	2. Compreensão do Cumprimento das Crianças	0,45*
	3. Compreensão das Exigências Parentais	0,39
	4. Satisfação com a Parentalidade	0,55**
	5. Descrições Abertas	0,24

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

Os resultados indicam a existência de relações positivas e significativas entre a variável de rendimentos familiares mensais e três das diferentes dimensões da Escala de Concepções sobre a Parentalidade aplicada aos pais. Nomeadamente, a existência de uma relação positiva, significativa e com efeitos de grande magnitude com a dimensão Parentalidade Personalizada ($r = 0,55$; $p < 0,01$) e, com a dimensão Satisfação com a Parentalidade ($r = 0,55$; $p < 0,01$). Refira-se ainda que estas variáveis compartilham, respetivamente, 30,7% e 29,8% de variabilidade.

Observou-se ainda uma relação positiva e significativa com a dimensão Compreensão do Cumprimento das Crianças ($r = 0,45$; $p < 0,05$), com efeitos de média magnitude. Já no que diz respeito à variabilidade partilhada destas variáveis obteve-se uma percentagem de 19,9%, pelo que 80,1% da variância é explicada por outros fatores.

Os resultados sugerem por isso que quando mais elevados são os rendimentos familiares mensais mais elevados são também os níveis de resposta dos pais nas dimensões Parentalidade Personalizada, Compreensão do Cumprimento das Crianças e Satisfação com a Parentalidade.

2. Relação entre os níveis de consciência parental e as variáveis individuais das crianças

Com o intuito de perceber se existia relação entre o nível de consciência parental, observado através das pontuações nas dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade, e as variáveis individuais das crianças foi efetuada uma correlação de *Pearson* (Tabela 10).

Tabela 10

Relação entre as dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade e a idade (em meses), a idade de adoção (em meses), o tempo de adoção (em meses) e, o sexo das crianças.

		Idade	Idade de Adoção	Tempo de Adoção	Sexo
Mãe	1	0,13	0,47*	-0,18	0,21
	2	-0,02	0,39*	-0,27	0,10
	3	-0,16	0,17	-0,22	-0,08
	4	0,06	0,36	-0,25	-0,33
	5	0,14	0,10	0,07	-0,07
Pai	1	0,35	0,21	0,20	-0,04
	2	0,21	0,09	0,19	-0,00
	3	-0,01	-0,22	0,15	-0,08
	4	0,17	0,40*	-0,14	-0,09
	5	0,19	0,21	0,01	0,22

Nota. N=30; Dimensões: 1=Parentalidade Personalizada, 2=Compreensão do Cumprimento da Criança, 3=Compreensão das Exigências Parentais, 4=Satisfação com a Parentalidade, 5=Descrições Abertas.

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

Com base na análise da tabela 10 verificámos que nenhuma das dimensões da escala se encontra significativamente associada às variáveis idade, tempo de adoção e sexo das

crianças. Contudo, nos que se refere às mães observou-se a existência de relações positivas, significativas e com efeitos de média magnitude entre a idade de adoção e as dimensões Parentalidade Personalizada ($r = 0,47$; $p < 0,05$) e, Compreensão do Cumprimento das Crianças ($r = 0,39$; $p < 0,01$). Estas variáveis partilham, no primeiro caso uma variabilidade de 21,7%, enquanto que no segundo caso partilham apenas 15,5%.

Assinale-se ainda que estes resultados sugerem que quanto mais velhas eram as crianças aquando da adoção mais elevados foram os níveis de resposta nas referidas dimensões.

Observando aprofundadamente que questões se encontram significativamente relacionadas com a idade de adoção (em meses) apurou-se que são as questões: “Conhece alguém que considera que seja uma boa mãe ou bom pai?”, “Qual tem sido a influência mais importante para si como pai/mãe?”, “Quais são as “tarefas” e obrigações dos pais na educação das crianças?” e, “O que acha que as crianças mais precisam dos seus pais?” (Tabela 11).

No que toca às mães, observou-se também significativa e positivamente relacionada com a idade de adoção (em meses), com efeitos médios de magnitude, as questões “Quando o(a) seu/sua filho(a) não obedece o que faz?” e, “Quando o(a) seu/sua filho(a) não obedece como se sente?” (Tabela 12).

Tabela 11

Relação entre a idade de adoção (em meses) com a dimensão Parentalidade Personalizada, referente às mães.

	Idade de Adoção
1. Como é que as pessoas sabem se são bons pais?	0,32
2. Conhece alguém que considera que seja uma boa mãe ou bom pai?	0,41*
3. Como é que aprendeu a ser pai/mãe?	0,16
4. Qual tem sido a influência mais importante para si como pai/mãe?	0,39*
5. O que significa para si educar uma criança?	0,35
6. Qual é que você acha que é o objetivo mais importante de educar um filho?	0,37
7. Quais são as “tarefas” e obrigações dos pais na educação das crianças?	0,39*
8. Qual é que tem sido a influência mais importante na educação do(a) seu/sua filho(a)?	-0,23
9. O que acha que as crianças mais precisam dos seus pais?	0,40*

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

Questões

Tabela 12

Relação entre a idade de adoção (em meses) com a dimensão Compreensão do cumprimento das Crianças, referente às mães.

	Idade de Adoção
1. Como se comporta ou reaje o(a) seu/sua filho(a) aquilo que lhe pede ou diz para fazer?	0,32
Questões 2. Quando o(a) seu/sua filho(a) não obedece o que faz?	0,38*
3. Quando o(a) seu/sua filho(a) não obedece como se sente?	0,43*
4. Lembre-se de uma vez que o(a) seu/sua filho(a) não obedeceu e que fez uma birra, o que pensou?	0,26

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

Relativamente aos pais, os resultados sugerem que a idade de adoção se encontra positiva e significativamente associada à dimensão Satisfação com a Parentalidade ($r = 0,40$; $p < 0,05$), com efeitos de média magnitude (Tabela 10), particularmente na questão “O que sentiu nesse momento, quando se tornou pai/mãe?” (Tabela 13).

Tabela 13

Relação entre a idade de adoção (em meses) com a dimensão Satisfação com a Parentalidade, referente aos pais.

	Idade de Adoção	
Questões	1.Qual considera que foi o momento em que se tornou pai/mãe?,	0,18
	2.O que sentiu nesse momento, quando se tornou pai/mãe?,	0,49**
	3.quais são os momentos e situações em que sente mesmo prazer, alegria e/ou divertimento com o(a) seu/sua filho(a)?,	0,33
	4.Diga-me em que momentos e/ou situações em que sente mesmo orgulho do(a) seu/sua filho(a)?.	0,29

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

2.1. Relação entre os níveis totais de consciência e concepções sobre parentalidade dos pais e o desenvolvimento das crianças

No que concerne à relação entre os níveis de consciência parental total e os resultados nas escalas de desenvolvimento (Tabela 14) foi possível verificar que, no caso das mães, não existe relação entre estas variáveis. Pelo que o nível de consciência parental total das mães não parece influenciar nem positiva nem negativamente o desenvolvimento cognitivo dos filhos. No entanto, especificamente no caso dos pais, os seus resultados totais, encontram-se positiva e significativamente relacionados com os resultados obtidos pelas crianças na escala de Audição e Linguagem ($r = 0,44$; $p = 0,05$), com efeitos médios de magnitude. Assinale-se que estas variáveis apenas partilham 19,3% de variabilidade.

Deste modo, os resultados sugerem que níveis totais mais elevados dos pais estão relacionados com resultados mais elevados, por parte dos filhos, na escala de audição e linguagem.

Tabela 14

Relação entre o nível de consciência parental total e os resultados das escalas de desenvolvimento.

		Mãe	Pai
Escala de Desenvolvimento Mental de Ruth Griffiths	Quociente Global	-0,04	-0,20
	Escala de Locomoção	0,10	0,23
	Escala Pessoal e Social	0,34	0,40
	Escala de Audição e Linguagem	0,17	0,44*
	Escala de Coordenação Olho Mão	0,20	-0,08
	Escala de Realização	0,18	-0,12
	Escala de Raciocínio Prático	0,20	0,29
WISC - III	QI da Escala Verbal	0,48	-0,43
	QI da Escala de Realização	0,42	-0,26
	QI da Escala Completa	0,47	-0,34
	Índice de Compreensão Verbal	0,50	-0,50
	Índice de Organização Perceptiva	0,34	-0,30
	Índice de Velocidade de Processamento	0,16	-0,20

Nota: Os resultados das subescalas da Escala de Desenvolvimento Mental Griffiths considerados foram as idades mentais globais.

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

3. Caracterização da consciência e concepções sobre a parentalidade das figuras parentais ao longo da Escala de Concepções sobre a Parentalidade

Na tabela 15 é feita a caracterização das concepções que os pais têm sobre a parentalidade com base na média dos níveis de resposta dos mesmos em cada dimensão da escala.

Tabela 15

Caraterização dos níveis de resposta nas diferentes dimensões da Escala de Concepções sobre a Parentalidade.

	Mãe				Pai			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>
1. Parentalidade Personalizada	2,55	0,61	1,44	3,67	2,37	0,55	1,00	3,85
2. Cumprimento das Crianças	2,28	0,76	1,00	4,00	2,14	0,62	1,00	3,00
3. Compreensão das Exigências Parentais	2,52	0,70	1,50	4,00	2,40	0,67	0,00	3,50
4. Satisfação com a Parentalidade	2,28	0,71	1,00	3,75	2,32	0,75	1,00	3,50
5. Descrições Abertas	2,48	0,51	1,00	3,38	2,26	0,54	1,20	3,33

De acordo com a tabela 15, podemos verificar que as mães apresentam em todos os totais de dimensões da escala em estudo níveis médios de resposta ligeiramente mais elevados do que os pais. A exceção encontra-se apenas na dimensão Satisfação com a Parentalidade, onde os pais ($M = 2,26$; $DP = 0,54$) apresentam uma média também ligeiramente superior à das mães ($M = 2,48$; $DP = 0,51$).

Com o intuito de perceber como se caraterizou a consciência e concepções sobre a parentalidade dos pais ao longo da entrevista foram calculados os coeficientes de variação (Tabela 16 e 17) para todos os pais e mães da amostra. Agrupando os resultados do coeficiente de variação em três grupos, baixa variação (até 33%), média variação (entre 34% e 67%) e, alta variação (entre 68% e 100%), foram selecionadas para aqui serem apresentadas mais detalhadamente duas famílias. A opção por apenas duas famílias prende-se com o facto de não se ter observado a existência de percentagens acima dos 46%, não havendo por isso representantes do grupo de alta variação.

Tabela 16

Média aritmética, desvio-padrão, coeficiente de variação (%) e níveis mínimos e máximos de resposta na Escala de Concepções sobre a Parentalidade, da família 1 à 15.

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
Mãe	M	1,17	2,00	2,30	2,15	1,91	3,14	2,09	2,41	2,04	2,65	2,75	2,14	2,35	2,23	3,20	
	DP	0,38	0,63	0,61	0,67	0,53	0,36	0,67	0,72	0,77	0,69	0,79	0,77	0,94	1,03	0,71	
	CV	33%	32%	27%	31%	28%	11%	32%	42%	38%	26%	29%	36%	40%	46%	22%	
	Min	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
	Max	2	3	3	3	3	4	4	3	3	4	4	4	4	4	4	4
Pai	M	1,30	2,41	2,61	1,72	1,90	2,53	1,88	1,73	2,35	2,58	2,11	3,43	2,96	1,92	2,08	
	DP	0,47	0,59	0,58	0,61	0,77	0,61	0,78	0,72	0,56	0,64	0,83	0,59	0,53	0,84	0,69	
	CV	36%	25%	22%	36%	40%	24%	42%	42%	24%	25%	39%	17%	18%	44%	33%	
	Min	1	1	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1
	Max	2	3	4	3	3	4	3	3	3	4	4	4	4	4	3	4

Tabela 17

Média aritmética, desvio-padrão, coeficiente de variação (%) e níveis mínimos e máximos de resposta na Escala de Concepções sobre a Parentalidade, da família 16 à 30.

	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
Mãe	M	2,46	2,40	2,50	2,00	1,92	2,21	2,81	2,67	3,38	3,17	2,21	2,35	2,44	2,40	3,45
	DP	0,58	0,87	0,65	0,82	0,76	0,98	0,80	0,64	0,49	0,92	0,43	0,89	0,92	0,76	0,74
	CV	24%	36%	26%	41%	40%	44%	29%	24%	15%	29%	19%	38%	38%	32%	21%
	Min	1	1	1	1	1	1	2	1	3	1	2	1	1	1	2
	Max	3	4	4	4	3	4	4	4	4	4	3	4	4	4	4
Pai	M	2,00	2,60	2,31	2,35	2,31	2,00	2,54	2,38	2,76	2,63	2	1,80	3,08	2,88	2,75
	DP	0,57	0,76	0,68	0,69	0,79	0,80	0,71	0,65	0,66	0,58	0,60	0,50	0,76	0,60	0,85
	CV	28%	29%	29%	29%	34%	40%	28%	27%	24%	22%	30%	28%	32%	21%	31%
	Min	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	2	1
	Max	3	4	3	4	3	3	4	3	4	4	3	3	4	4	4

3.1. Estudo de caso da família 6

A família 6 insere-se no grupo de baixa variação, pelo que foi escolhida para aqui ser apresentada por ser a família que, em conjunto, apresentou um coeficiente de variação mais baixo (i.e., mãe e pai com a variação mais baixa em conjunto, a mãe com 11% de variação e o pai com 24%).

Após esta seleção passou-se à observação das variáveis individuais de cada um dos pais, com o intuito de perceber o contexto em que estes coeficientes de variação surgem e, se estes pais apresentaram características diferentes no que se refere ao seu contexto, comparativamente com a família selecionada no grupo de média variação.

Neste caso os pais encontram-se ambos com 34 (mãe) e 35 anos de idade (pai), sendo que a criança (do sexo feminino) tinha 4 anos de idade (51 meses).

Assinalou-se que as figuras parentais se encontram casadas há 8 anos e observou-se que ambos frequentaram o ensino superior (17 anos de estudos), desempenhando aquando da recolha de dados trabalhos de qualificações consideradas altas. Para além disso, observou-se que no que respeita às condições de empregabilidade, se encontram ambos efetivos. A mãe nesta condição há 7 anos e o pai apenas há 3 anos, pelo que possuem um rendimento familiar mensal de 2.150€.

Relativamente à criança, observou-se que esta tinha aproximadamente 2 anos e meio de idade quando foi adotada e, que se encontrava há aproximadamente 2 anos integrada na família adotiva. No que concerne aos resultados obtidos pela criança na escala de desenvolvimento observou-se que esta obteve idades mentais globais superiores à sua idade cronológica nas 6 subescalas que constituem a prova.

Retomando os dados das figuras parentais verificou-se que as dimensões da escala de conceções sobre a parentalidade em que a mãe apresentou resultados mais elevados foram nas dimensões de Satisfação com a Parentalidade e de Parentalidade Personalizada. Já a figura

paterna, para a mesma entrevista, apresentou resultados mais elevados nas dimensões de Compreensão das Exigências Parentais e também de Parentalidade Personalizada. Importa ainda assinalar que para o total da escala a mãe apresentou uma pontuação mais elevada (nível 3).

Analisando aprofundadamente as dimensões com níveis mais elevados verificou-se que na dimensão de Satisfação com a Parentalidade a mãe obteve o nível de resposta mais elevados (nível 4) na questão “Quais são para si os momentos e situações em que sente mais orgulho da sua filha?”. Nas restantes questões da dimensão a mãe obteve 3 como nível de resposta. Já na dimensão de Parentalidade Personalizada a resposta cotada com nível mais elevado, também de 4, foi na questão “Conhece alguém que considere um bom pai ou uma boa mãe? Porquê?”.

Fazendo a mesma análise, mas desta vez para o pai, verificou-se que a resposta cotada com nível mais elevado, nível 3, foi à questão “Qual acha que é o objetivo, utilidade e importância das regras e dos limites na educação das crianças?”. Por sua vez, na dimensão de Parentalidade Personalizada a questão com cotação mais elevada, nível 4, foi “Como é que acha que aprendeu a ser pai?”.

3.2. Estudo de caso da família 14

No caso da família 14, incluída no grupo de média variação (i.e. mãe com 46% no coeficiente de variação e o pai com 44%), foi possível observar que a mãe tinha 38 anos de idade e o pai 37 anos de idade, enquanto que a criança (sexo masculino) tinha 7 anos de idade. Encontram-se casados há aproximadamente 13 anos. No que diz respeito às habilitações literárias verificou-se que a mãe possuía o ensino secundário completo (12 anos de estudos) enquanto que o pai possuía o ensino superior (17 anos de estudos). Observou-se ainda que se

encontravam ambos empregados à 14 e 11 anos, respetivamente, desempenhando funções de qualidade média. Importa ainda assinalar que a família possuía em média um rendimento familiar mensal de 1.900€.

No que diz respeito à criança, um menino com 7 anos de idade (89 meses), como já havia sido referido, observou-se que este foi adotado com 3 meses, estando por isso à aproximadamente 7 anos com a família adotiva. No que diz respeito aos valores obtidos pela criança na escala de desenvolvimento, observou-se que esta apresentou uma idade mental global superior ou igual à sua idade cronológica para 4 das subescalas da escala Griffiths. No que diz respeito aos valores que ficaram ligeiramente abaixo da sua idade cronológica observou-se a escala de Locomoção e de Pessoal ou Social, no entanto, com idades muito próximas à sua.

No que diz respeito à Escala de Conceções sobre a Parentalidade a mãe apresentou resultados mais elevados na dimensão de Descrições Abertas e de Parentalidade Personalizada. Analisando mais aprofundadamente estas dimensões observou-se que para a primeira dimensão referida, a mãe, apresentou com nível mais elevado nas questões (ambas de nível 4) “Como imagina a sua relação com o(a) seu/sua filho(a) quando ele(a) tiver 30 anos?” e “E em casa, na família que coisas/aspectos acha serem mais importantes? Porquê?”. Já para a dimensão de Parentalidade Personalizada a questão com cotação mais elevada foi “Como é que aprendeu a ser mãe?”.

No caso do pai, as dimensões com pontuação mais elevada foram as dimensões de Compreensão das Exigências Parentais e, também, de Parentalidade Personalizada. Para a primeira dimensão referida observou-se que ambas as questões da dimensão obtiveram uma pontuação de nível 3, sendo estas, “Quais é que acha que são os objetivos, a utilidade e a importância das regras e de limites na educação do(a) seu/sua filho(a)?” e “Algumas pessoas dizem que as crianças devem ser disciplinadas, o que acha sobre isso?”. Na segunda dimensão

com cotação mais elevada as questões, também o nível mais elevado (nível 3), foram as questões “Como é que aprendeu a ser pai/mãe?”, “O que significa para si educar uma criança?” e, “Qual é que você acha que é o objetivo mais importante de educar um filho?”.

3.3. Grupo de baixa variação vs. Grupo de média variação

Colocando em paralelo as duas famílias apresentadas anteriormente é possível observar que na família com uma percentagem de variação mais baixa os pais apresentam idades ligeiramente inferiores aos pais pertencentes ao grupo de média variação. O mesmo se verificou relativamente à idade das crianças, no primeiro caso a criança tem idade inferior. Contudo, observou-se que no primeiro caso a criança é do sexo feminino, enquanto que no segundo caso é do sexo masculino.

Assinalam-se ainda diferenças no que diz respeito ao número de anos de casamento dos pais, pelo que no primeiro caso estão casados há 8 anos e, no segundo há 13 anos. No que diz respeito aos anos de estudos e qualificação das suas funções laborais, a família pertencente ao grupo de baixa variação apresentou habilitações literárias mais elevadas e, conseqüentemente, mais anos de estudo bem como alta qualificação laboral. No segundo grupo observou-se um menor número de anos de estudos por parte da mãe (comparativamente com a mãe do grupo anterior), contudo, o mesmo não aconteceu no caso do pai. Assinalou-se ainda que apesar do primeiro grupo desempenhar funções de qualificação mais elevada, comparativamente ao segundo grupo (este com funções de qualificação média), os pais do primeiro grupo encontram-se efetivos há um menor número de anos. Para além disso, observou-se ainda na família do primeiro grupo apresentou um total de rendimentos familiares ligeiramente mais elevados que a família pertencente ao segundo grupo.

No que diz respeito aos resultados obtidos pelas crianças nas escalas de desenvolvimento, observou-se que relativamente à sua idade a crianças integrada na família pertencente ao grupo de variação mais baixa apresenta resultados mais elevados que o esperado para a sua idade em todas as subescalas, o que não acontece no caso segundo caso analisado.

VII. Discussão

A presente investigação teve como principal objetivo, utilizando um paradigma transversal, descritivo e correlacional, explorar a consciência e as conceções sobre a parentalidade dos pais adotantes, analisando igualmente as influências que as variáveis individuais podem exercer sobre as mesmas. Para além disso, pretendeu-se ainda estudar as relações entre a consciência e as conceções sobre a parentalidade dos pais e o desenvolvimento dos seus filhos.

Observou-se que os pais possuíam em média, aproximadamente, 41 anos de idade e, que se encontravam casados, em média, há 14,41 anos ($DP = 5,00$). A grande maioria possuía o ensino secundário completo ou estudos universitários, e estavam efetivos no seu local de trabalho aproximadamente há 10 anos, onde desempenhavam funções de qualificação média ou alta. Assinala-se ainda uma receita média familiar mensal de 2.244€ ($DP = 879,20$).

As características da amostra são semelhantes às de outros estudos: os pais adotivos são normalmente mais velhos, possuem carreiras profissionais mais sólidas, mais segurança financeira, bem como uma relação conjugal mais longa, o que pode significar mais estabilidade e estar associado ao desenvolvimento de estratégias mais eficazes no que toca à resolução de situações desfavoráveis e/ou conflitos, assim como ao facto de possuírem melhores estratégias de comunicação (Brodzinsky, 1998; Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

1. Relação entre as dimensões da escala de concepções sobre a parentalidade e as variáveis sociodemográficas dos pais adotivos

Observou-se, no caso das mães, que a dimensão Parentalidade Personalizada se encontrava positiva e significativamente relacionada com as dimensões Compreensão do Cumprimento das Crianças, Compreensão das Exigências Parentais e Descrições Abertas. Pelo que níveis mais elevados na dimensão Parentalidade Personalizada estarão associados também a níveis mais elevados nas dimensões referidas. Fazendo um paralelo entre as dimensões da nossa escala com as áreas e dimensões do Modelo Integrativo da Parentalidade, poderíamos associar a dimensão Parentalidade Personalidade à área de pré-requisitos (i.e., grupo de características fundamentais para o desempenho da atividade parental) uma vez que compreende maioritariamente questões sobre conhecimento, compreensão e recursos. Já as dimensões Compreensão do Cumprimento das Crianças e Compreensão das Exigências Parentais poderiam ser comparadas à área de atividades parentais, por compreender questões relacionadas com a resolução de conflitos e disciplina. Por último, a dimensão Descrições Abertas, em paralelo com este modelo, parece ser uma dimensão que engloba diferentes características de todas as áreas (i.e., atividades parentais, áreas funcionais e pré-requisitos). Uma vez que a primeira área referida neste modelo se relaciona com as características necessárias para o cumprimento da atividade parental, e a segunda ao contíguo de atividades fundamentais ao exercício de uma parentalidade suficientemente adequada faz sentido que uma necessite da outra e, que apareçam por isso também relacionadas na nossa escala.

Para além disso, observou-se ainda no caso das mães a existência de relação positiva e significativa entre a dimensão Descrições Abertas e as dimensões Compreensão das Exigências Parentais e, Satisfação com a Parentalidade. Querendo isto dizer que níveis mais elevados na dimensão Descrições Abertas predizem níveis de resposta mais elevados nas dimensões Compreensão das Exigências Parentais e, Satisfação com a Parentalidade. À luz do

modelo referido anteriormente e seguindo a mesma linha de pensamento, podendo a dimensão da Satisfação com a Parentalidade estar incluída na área de pré-requisitos, por se encontrar relacionada com a motivação, é natural que se veja relacionada com a Compreensão das Exigências Parentais, uma vez que no modelo já referido se integram na mesma área.

No caso das figuras parentais masculinas encontramos relações positivas e significativas entre a dimensão Parentalidade Personalidade e todas as dimensões da escala (i.e., Compreensão do Cumprimento das Crianças, Compreensão das Exigências Parentais, Satisfação com a Parentalidade e Descrições Abertas). Encontraram-se ainda relações no mesmo sentido entre a dimensão Compreensão do Cumprimento das Crianças, Compreensão das Exigências Parentais, Satisfação com a Parentalidade e, Descrições Abertas. Tais relações podem ser explicadas na mesma linha de pensamento, bem como tendo por base o modelo anteriormente referido, quando nos referimos às mães.

Analisando os resultados médios tanto das mães como dos pais, observou-se que, em média, ambos se situaram principalmente no nível 2 de consciência e concepções sobre parentalidade. Estes resultados sugerem a existência de uma forte influência da cultura, das normas socialmente aceites e, das convenções morais no que são as concepções sobre parentalidade dos pais da nossa amostra. Diversos estudos têm vindo a fazer referência ao peso que a cultura e normas sociais podem ter nas ideias e crenças dos pais. A mesma influência parece estar aqui em evidência no campo da consciência e concepções sobre a parentalidade. Observou-se ainda a existência de uma diferença significativa entre as médias das mães e dos pais na dimensão Descrições Abertas. O que neste caso coloca em evidência que as mães atingiram mais facilmente níveis mais elevados de consciência e concepções sobre a parentalidade, comparativamente aos pais.

Analisou-se ainda a relação entre os níveis de resposta das mães nas diferentes dimensões da escala os respetivos anos de estudos. Neste sentido, observou-se que quanto

maior o número de anos de estudos das mães mais elevados os níveis de resposta nas dimensões Parentalidade Personalizada, Compreensão do Cumprimento das Crianças, Compreensão das Exigências Parentais e, Satisfação com a Parentalidade. No que diz respeito à análise das mesmas variáveis mas desta vez tendo por base os níveis de respostas dos pais observou-se a existência de uma relação positiva e significativa apenas na dimensão Parentalidade Personalizada.

Estes resultados corroboram estudos anteriores no sentido em que indicam que o nível de conhecimento dos pais influencia as suas crenças, valores e objetivos no que diz respeito ao exercício da parentalidade (e.g., Cohen, 1989; Davis-Kean, 2005; Hoff, 2003; Feinstein & Sabates, 2006). Especificamente no caso das dimensões que se encontraram como estando associadas com a variável anos de estudos estão subjacentes temáticas como: (1) as características dos bons pais; (2) a aprendizagem da parentalidade e influências recebidas no desempenho dessa função; (3) o significado de educar uma criança; (4) as estratégias utilizadas na resolução de conflitos; (5) a importância das regras, limites e disciplina; (6) os momentos em que houve concretização no acesso à parentalidade e, os momentos de prazer e divertimento com a criança. Neste sentido, o nível de conhecimento, aqui analisado através dos anos de estudos, fará diferir a forma como os pais percebem estas especificidades. Em termos práticos, indivíduos com mais anos de estudos terão uma compreensão mais elaborada e abandonarão mais facilmente concepções de origem egoísta ou convencional relativamente ao papel dos pais e acerca da própria criança. Assim, existirá por parte dos pais a percepção que as abordagens convencionais poderão ser um guia mas é necessário que estas sejam modificadas para responder às necessidades de cada criança. Deste modo, terão mais facilmente presente a ideia de que diferentes pessoas possuem diferentes estratégias para educar os filhos, pelo que o sucesso da missão deverá ser avaliado preferencialmente por critérios psicológicos ou emocionais. Importa ainda assinalar que em padrões mais elevados

de consciência a parentalidade é compreendida, pelos pais, como um processo de crescimento pessoal que permite o desenvolvimento tanto dos pais como da criança (Newberger, 1977).

Em particular no caso das figuras paternas, o facto de não termos encontrado mais relações entre as dimensões da escala e a variável anos de estudos pode ser também por isso um reflexo desta última variável. Nesta situação em particular, o facto de alguns pais possuírem apenas o ensino primário completo pode ser uma explicação para se ter verificado associação apenas com uma dimensão da escala.

Importa assinalar que, apesar da maior parte dos estudos não se referirem a populações de famílias adotivas podemos fazer comparações indiretas e retirar algumas conclusões pelo facto de estarmos, neste caso, no campo dos contextos familiares. Segundo Hoff, Laursen, e Tardiff (2002) salientaram que durante algum tempo os estudos procuraram analisar principalmente os efeitos do nível de educação dos pais no desenvolvimento e resultados académicos dos seus filhos.

Outras investigações têm sugerido que o nível educacional dos pais pode estar relacionado: (1) com a forma como expõem e esclarecem os padrões de funcionamento que pretendem dos filhos (i.e., regras e limites); (2) com a apresentação mais clara das suas ideias; (3) com a procura por estabelecer padrões mais elaborados de envolvimento com os seus filhos; (4) com a forma como resolvem os conflitos (i.e., recorrem menos a punições físicas); (5) bem como, à criação de ambientes mais estimulantes (e.g., Cohen, 1989; Richman, Miller, & LeVine, 1992; Brody & Flor, 1998; Davis-Kean, 1999; Kohl, Lengua, & McMahon, 2000).

Além dos anos de estudos outra variável que tem sido associada às ideias, crenças e práticas parentais é o estatuto socioeconómico (Hill, 2006). Assim, relativamente à relação entre os níveis de resposta das mães nas diferentes dimensões e os rendimentos familiares mensais observou-se a existência de relações positivas e significativas entre esta variável e as dimensões Parentalidade Personalizada e Compreensão do Cumprimento das crianças. Pelo

que os resultados sugerem que quanto mais altos são os rendimentos familiares mensais mais elevados serão os níveis de resposta encontrados nas dimensões supra citadas. Na prática rendimentos familiares mensais mais elevados estarão mais uma vez associados a padrões onde os pais e a criança são compreendidos como dois membros autónomos, contudo, interdependentes de um sistema onde é necessário que exista negociação e compromisso de ambas as partes para que seja possível o crescimento pessoal e, experimentada satisfação (Newberger, 1977).

No caso das figuras paternas, os resultados indicam a existência de relações positivas e significativas entre a variável de rendimentos familiares mensais e três das diferentes dimensões da Escala de Conceções sobre a Parentalidade. Significando que quanto mais elevados são os rendimentos familiares mensais mais elevados são também os níveis de resposta dos pais nas dimensões Parentalidade Personalizada, Compreensão do Cumprimento das Crianças e Satisfação com a Parentalidade. Importa assinalar que as famílias que constituíram a amostra apresentaram um padrão médio/alto de rendimentos, o que pode ajudar a explicar a presença desta relação. Em termos práticos estes resultados sugerem ainda que as conceções dos pais da nossa amostra no que diz respeito aos objetivos de educar um filho, à resolução de conflitos e relação com o filho, serão preferencialmente marcadas: (1) pela utilização de estratégias explicativas; (2) pela negociação de castigos; (3) e, por partilhas com grande caráter emocional.

No campo das crenças e práticas parentais são encontradas relações com os rendimentos familiares. Contudo, estas associações são também explicadas pelo facto desta variável, estar muitas vezes associada à existência de mais recursos materiais, ao capital social e, até à facilidade em aceder a níveis mais elevados de estudos, quando se encontra nos seus níveis mais elevados (Hoff-Ginsberg & Tardiff, 1995). Neste sentido, esta variável assume-se como um fator mais complexo do que poderá ser considerado à partida. Em contrapartida, no

âmbito das crenças e práticas parentais, o estatuto socioeconómico baixo parece estar associado à utilização de mais disciplina física e, à predominância de estilos parentais autoritários (Pinderhughes, Dodge, Zelli, Bates, & Pettit, 2000).

2. Relação entre os níveis de consciência parental e as variáveis individuais das crianças

Considerando as variáveis individuais das crianças, observou-se que nenhuma das dimensões da escala se encontra significativamente associada às variáveis idade, tempo de adoção e sexo das crianças. No caso da associação entre as dimensões da escala e a idade das crianças os nossos resultados foram contrários aos observados por Newberger (1977). No seu estudo, a autora observou a existência de uma forte associação entre o nível de consciência dos pais e a idade das crianças. Todavia, também chamou à atenção para o facto da variável idade das crianças, enquanto fator justificativo de níveis superiores de consciência parental, não puder ser utilizada e considerada como o único fator, pelo que deve ser incluída num leque mais alargado de variáveis. Contudo, importa assinalar que a amostra utilizada pela autora, no que diz respeito às crianças, era constituída por 16 crianças e jovens entre os 8 e os 16 anos de idade. Deste modo, esta diferença de idades das crianças pode justificar também a diferença de resultados encontrados uma vez que a média de idades das crianças constituintes da nossa amostra é de 6,27 anos de idade (Min = 1; Max = 13).

Quando considerada a relação com o número de anos de experiência de parentalidade, aqui observada através da variável tempo de adoção, também não se observou associação significativa entre esta e as dimensões da escala. O que corrobora os resultados encontrados por Newberger (1977). Contudo, no mesmo estudo a autora procurou mais tarde controlar a variável número de filhos, pelo que nesta condição já encontrou relações positivas e

estatisticamente significativas. Neste sentido, a força que a variável anos de experiência pode ter no nível de consciência e concepções sobre a parentalidade dos pais ainda não se encontra claramente definida.

Mais clara tem sido a relação entre a variável sexo das crianças e os níveis de consciência e concepções sobre a parentalidade dos pais, uma vez que a par dos resultados por nós encontrados Newberger (1977) também não encontrou associações entre estas variáveis. Contudo, importa assinalar a discrepância entre o número de crianças do sexo masculino e feminino nas amostras, pelo que seria interessante observar se são encontrados os mesmos resultados numa amostra onde o número de crianças do sexo feminino e masculino esteja controlado.

No que se refere às mães observou-se ainda a existências de relações positivas e significativas entre a idade de adoção e as dimensões Parentalidade Personalizada e, Compreensão do Cumprimento das Crianças. Estes resultados sugerem que quanto mais velhas eram as crianças aquando da adoção mais elevados foram os níveis de resposta nas referidas dimensões. Foi ainda observado, para uma compreensão mais específica dos resultados, que questões se encontram significativamente relacionadas com a idade de adoção em cada dimensão. No caso da dimensão Parentalidade Personalizada observou-se a existência de relações positivas e significativas com as questões: “Conhece alguém que considera que seja uma boa mãe ou bom pai?”; “Qual tem sido a influência mais importante para si como pai/mãe?”; “Quais são as “tarefas” e obrigações dos pais na educação das crianças?”; e, “O que acha que as crianças mais precisam dos seus pais?”.

A relação encontrada entre a idade de adoção das crianças e as primeiras duas questões pode significar que o facto da criança ser mais velha aquando da adoção pode, respetivamente, facilitar a compreensão que diferentes pais têm diferentes características e, que diferentes crianças requerem a utilização de diferentes métodos. Uma vez que os pais podem

observar mais facilmente as diferenças na relação pais-filhos quando as crianças são mais velhas. No que diz respeito às questões “Quais são as “tarefas” e obrigações dos pais na educação das crianças?” e “O que acha que as crianças mais precisam dos seus pais?” a relação pode dever-se ao facto das crianças mais velhas poderem facilitar a diferenciação entre os pais e a criança. Deste modo, a relação é menos simbiótica e os pais podem perceber mais facilmente a criança como um ser individual e único, ao mesmo tempo que equilibram as expressões de afetos e as regras e, percebem que a existencia de umas não invalida a existência das outras.

As questões “Quando o(a) seu/sua filho(a) não obedece o que faz?” e “Quando o(a) seu/sua filho(a) não obedece como se sente?”, correspondentes à dimensão Compreensão do Cumprimento das Crianças, foram as que encontramos como estando principalmente relacionadas com a idade de adoção. Esta associação pode significar que quando estão presentes idades mais avançadas é mais fácil perceber o porquê de uma birra ou comportamento de oposição, pelo que podem ser encontradas estratégias de resolução e conflito mais elaboradas (e.g., explicação e negociação). Para além disso, crianças mais velhas podem ainda facilitar a partilha de sentimentos e pensamentos entre os pais e a criança, mesmo numa situação de conflito.

Relativamente à figura paterna, os resultados sugerem que quanto mais velha é a criança aquando da adoção mais elevado será o nível de consciência e conceções sobre a parentalidade na dimensão Satisfação com a Parentalidade. A relação encontrada particularmente com a questão “O que sentiu nesse momento, quando se tornou pai/mãe?”, pode indicar-nos que a idade mais avançada da criança pode ter facilitado a interação do pai-filho, bem como a expressão de sentimentos e pensamentos.

3. Relação entre o nível de consciência e concepções sobre parentalidade total dos pais e o desenvolvimento das crianças

Examinando a relação entre o nível total de consciência e concepções sobre a parentalidade observou-se, no caso das mães, que os níveis de consciência parental total e os resultados nas escalas de desenvolvimento não se encontram relacionados. Pelo que o nível de consciência e concepções parentais totais das mães, neste caso, parece não influenciar nem positiva nem negativamente o desenvolvimento cognitivo dos filhos. Sustentando as ideias de Becker e Krug (1965 citados por Newberger, 1980) e de Berg (1976 citados por Newberger, 1980) quando referem que as atitudes parentais podem ser fracos preditores do comportamento e do desenvolvimento das crianças. Não se tratando dos mesmos conceitos (i.e., ideias e consciência e concepções sobre parentalidade) estas acabam por relacionar-se indiretamente pelo que esta pode também ser uma explicação para a falta de associações encontradas.

Relativamente aos resultados totais dos pais na escala observou-se a existência de uma associação positiva e significativa, apenas, com os resultados obtidos pelas crianças na subescala de Audição e Linguagem da Escala de Desenvolvimento Mental Griffiths. Estes resultados parecem ir de encontro aos resultados encontrados por Sonnenschein et al. (1997). No seu estudo com desenho longitudinal de curto prazo, realizado com pais de crianças em idade pré-escolar, os autores observaram que as crenças dos pais sobre a forma como as atividades de leitura devem ser apresentadas às crianças eram preditoras de melhor desempenho nas crianças. Neste sentido, os autores observaram ainda que quando os pais acreditavam que estas atividades deveriam ser apresentadas de forma lúdica, divertida e partilhada as crianças mostravam, em idades posteriores, resultados mais elevados nestas áreas, comparativamente a crianças cujos pais tinham a crença que a leitura deveria apenas ser praticada e ensinada.

Estes dados fazem-nos por isso recordar as ideias de Goodnow e Collins (1992) quando referiram que a relação entre as ideias dos pais e o desenvolvimento das crianças não obedece a um modelo simples de causa-efeito, pelo que pode ser mais evidente em alguns aspetos que em outros. Esta ideia é também defendida por Collins, Maccoby, Steinberg, Hetherington e Bornstein (2000). Estes autores verificaram que apesar dos pais poderem ter influência no desenvolvimento das crianças esta relação é complexa.

4. Caraterização da consciência e conceções sobre a parentalidade das figuras parentais ao longo da Escala de Conceções sobre a Parentalidade

Observando as famílias com base nos grupos de variação a que pertencem constatou-se que, no caso da família com uma percentagem de variação mais baixa, os pais e a criança apresentam idades ligeiramente inferiores aos elementos pertencentes ao grupo de média variação. Importa contudo assinalar que, no primeiro caso, a criança é do sexo feminino, enquanto que no segundo caso é do sexo masculino.

Constatou-se ainda que o grupo de baixa variação apresentou habilitações literárias mais elevadas, mais anos de estudo e qualificação laboral mais alta, comparativamente ao grupo de média variação. Todavia, os pais do primeiro grupo encontram-se efetivos há menos anos que o segundo grupo. Para além disso, observou-se ainda na família do primeiro grupo, um total de rendimentos familiares ligeiramente mais elevados que a família pertencente ao segundo grupo.

No que diz respeito aos resultados obtidos pelas crianças nas escalas de desenvolvimento, observou-se que relativamente à sua idade a criança integrada na família pertencente ao grupo de variação mais baixa apresenta resultados mais elevados que o

esperado para a sua idade em todas as subescalas, o que não acontece no caso segundo caso analisado.

Posto isto, observou-se mais uma vez a importância de variáveis com o número de anos de estudos e os rendimentos familiares. A estas variáveis juntaram-se as condições de empregabilidade e qualificação como contributos para as variações, não apenas nos níveis totais de consciência e concepções sobre parentalidade, mas na forma como oscilam entre diferentes níveis ao longo das diferentes questões e dimensões da escala. Para a justificação destes resultados podem ainda estar a contribuir características individuais das crianças, de cada um dos pais individualmente e, da relação do casal (Belsky, 1984; Salvaterra & Veríssimo, 2008). Nomeadamente, facto das crianças dos dois grupos apresentarem idades e sexos diferentes deixa-nos novamente a considerar se estas variáveis não poderão exercer alguma influência no que é o desenvolvimento da consciência e concepções sobre parentalidade dos pais adotivos.

VIII. Considerações Finais

A presente investigação teve como principal objetivo, utilizando um paradigma transversal, descritivo e correlacional, explorar a consciência e as concepções sobre a parentalidade dos pais adotantes, analisando igualmente as influências que as variáveis individuais podem exercer. Para além disso, pretendeu-se ainda observar brevemente se a consciência e as concepções sobre a parentalidade desses pais se encontravam relacionadas com o desenvolvimento dos seus filhos.

Examinando os níveis de resposta dos 60 pais adotantes que constituem a amostra, ao longo da Escala de Concepções sobre a Parentalidade, observou-se que estas se situam principalmente no nível 2 de consciência e concepções sobre parentalidade. Este resultado

sugere a presença de fortes influências culturais, das normas socialmente aceites e, das convenções morais sobre o que são as concepções sobre parentalidade dos pais. Em termos práticos estas associações veem tornar ainda mais evidente a necessidade de se olhar a consciência e concepções sobre parentalidade, bem como a própria parentalidade e transição para a mesma, de forma ecológica. Especificamente na área da adoção é impossível que estas questões não coloquem o foco na temática do apoio que deve ser prestado aos pais durante a transição para a parentalidade adotiva. Sendo estes níveis uma expressão da consciência e pensamentos, que têm por base as vivências dos pais ao longo do seu percurso de vida, providenciar este acompanhamento investindo, ao mesmo tempo, na promoção do pensamento crítico e reflexivo dos pais pode facilitar evolução para estágios de consciência mais elevados, e como isso oferecer mais benefícios ao próprio contexto familiar. Contudo, assinala-se a importância que será não deixar que os programas de apoio aos pais adotantes se restrinjam apenas às fases anteriores à adoção e etapa da vinculação. Pelo que o ideal seria que os programas contemplassem o acompanhamento pós-adoção.

Os resultados sugerem ainda que quanto maior o número de anos de estudos das mães mais elevados os níveis de resposta nas dimensões Parentalidade Personalizada, Compreensão do Cumprimento das Crianças, Compreensão das Exigências Parentais e, Satisfação com a Parentalidade. No que diz respeito à análise das mesmas variáveis, mas desta vez tendo por base os níveis de respostas dos pais, observa-se a existência de uma relação positiva e significativa apenas na dimensão Parentalidade Personalizada.

As associações encontradas neste estudo apontaram a importância que variáveis como os anos de estudos e os rendimentos familiares têm na consciência e concepções sobre a parentalidade. Caminhando no mesmo sentido de estudos anteriores onde o nível de conhecimento dos pais é apontado como um fator de influência das crenças, valores e objetivos no que diz respeito ao exercício da parentalidade (e.g., Cohen, 1989; Davis-Kean,

2005; Hoff, 2003; Feinstein & Sabates, 2006). Ao passo que os rendimentos familiares irão complementar esta relação por se encontrarem associados aos recursos materiais a que a família tem acesso, ao capital social e, ao nível de estudos (e.g., Hoff, Laursen, & Tardiff, 2002).

No tocante à relação entre o nível de consciência e concepções sobre parentalidade dos pais e as variáveis individuais das crianças observou-se a existência de relações apenas com a idade da criança aquando da adoção. Mais tarde, quando considerados os resultados das crianças nas escalas de desenvolvimento observou-se a ausência de associações entre estes e os níveis de consciência e concepções sobre a parentalidade das mães. Contudo, no caso dos pais observou-se a existência de uma relação positiva e significativa entre níveis totais dos pais e os resultados obtidos pelas crianças na subescala de Audição e Linguagem da Escala de Desenvolvimento Mental Griffiths.

Importa assinalar que, no campo de estudos sobre as crenças dos pais e o impacto que podem ter no desenvolvimento das crianças, as investigações têm contado principalmente com amostras constituídas por crianças mais jovens, deixando de lado uma fatia importante da população, os adolescentes (Sigel & McGillicuddy-De Lisi, 2002). Seria por isso importante que as investigações considerassem uma inclusão mais sistemática desta faixa etária, assim como o desenvolvimento de estudos longitudinais.

Por último, caracterizou-se a consciência e concepções sobre a parentalidade dos pais ao longo da Escala de Concepções sobre a Parentalidade.

Observando-se as famílias com base nos grupos de variação a que pertencem constatou-se que o número de anos de estudos, as condições de empregabilidade e qualificação e, os rendimentos familiares contribuem para a diferença de variações não apenas nos níveis totais de consciência e concepções sobre parentalidade, mas na forma como estes oscilam entre diferentes níveis ao longo das diferentes questões e dimensões da escala.

Relativamente às mais-valias decorrentes do presente estudo assinala-se a utilização de um instrumento que avalia não apenas as práticas parentais mas também o perfil cognitivo dos pais sobre o que é a extensão da sua perceção relativamente à criança como ser individual e, acerca de si, dos seus sentimentos e pensamentos no exercício do seu papel parental, numa população portuguesa. Pelo que foi assim colocado o foco num conceito ainda pouco estudado. Para além disso, assinala-se ainda a inclusão dos pais, pois um grande número de investigações continua a considerar apenas a figura materna nas suas amostras.

Quanto às limitações do nosso estudo, devemos salientar os seguintes aspetos: em primeiro lugar o reduzido tamanho da amostra, bem como a especificidade geográfica (i.e., região do Algarve), pelo que os resultados obtidos não podem ser generalizados à restante população de pais adotantes. A utilização de um modelo de investigação transversal não permite determinar a existência de relações de causalidade, assim como não permite perceber a evolução do pensamento dos pais ao longo do tempo. Neste sentido, seria interessante utilizar este instrumento num estudo longitudinal que contemplasse a aplicação da entrevista antes e depois da adoção. Assinala-se ainda a discrepância entre o número de escalas de desenvolvimento aplicadas (i.e., 22 Griffiths e, 8 WISC-III), o que se justifica pela dificuldade de acesso a esta população.

Findo este trabalho fica a esperança que o conjunto de resultados obtidos tenha colocado um pouco mais de “luz” no que são os fatores envolvidos no pensamento dos pais sobre a parentalidade e influência que estes têm na relação pais-filhos, bem como que possa servir de base para estudos mais aprofundados sobre a temática da consciência e conceções sobre parentalidade em famílias adotivas.

IX. Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologias da investigação em psicologia e educação* (5ª ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Atkinson, A., & Gonet, P. (2007). Strengthening adoption practice, listening to adoptive families. *Child Welfare*, 86 (2), 87-104.
- Barbosa-Ducharne, M., & Costa, J. (2012). Parentalidade e Conhecimento Emocional de Crianças de Idade Pré-escolar adotadas. *Revista Amazónica*, 5 (8), 53-79.
- Barbosa-Ducharne, M., Soares, J. L., Barbosa, M. A., Silva, A., & Cardoso, C. (2011). QPP: Questionários sobre Parentalidade para Pais: resultados obtidos junto de pais adotivos. In A. S. Ferreira, A. Verhaeghe, D. R. Silva, L. S. Almeida, R. Lima, & S. Fraga (Org.), *Atas do VIII congresso Ibero-americano de avaliação psicológica e XV Conferência Internacional Avaliação Psicológica: formas e contextos* (pp.1655-1665).
- Barbosa-Ducharne, M., Soares, J., Ferreira, J., & Monteiro, J. (2013). ECAA: Entrevista a Crianças e Adolescentes sobre Adoção. In M. S. Lemos, J. A. Lima, & A. Gamelas (Eds.), *Instrumentos de investigação desenvolvidos, adaptados ou usados pelo Grupo de Investigação Desenvolvimental, Educacional e Clínica com Crianças e Adolescentes*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (pp.123-125).
- Baptista, J., Soares, I., & Henriques, M. (2012). O impacto da adoção no desenvolvimento da criança. *Psicologia*, 27 (2), 63-79.
- Baptista, J., Soares, I., & Henriques, M. (2013). Recuperação desenvolvimental após a adoção: Características da criança e da família adotiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26 (2), 396-404.

- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55, 83-96.
- Benbassat, N., & Priel, B. (2012). Parenting and adolescent adjustment: The role of parental reflective function. *Journal of Adolescence*, 35, 163-174.
- Bernier, A., & Dozier, M. (2003). Bridging the attachment transmission gap: The role of maternal mind-mindedness. *International Journal of Behavioral Development*, 27 (4), 355-365.
- Bram, A. D., & Gabbard, G. O. (2001). Potential space and reflective functioning. *International Journal of Psychoanalysis*, 82, 685-699.
- Brody, G. H., & Flor, D. L. (1998). Maternal Resources, Parenting Practices, and Child Competence in Rural, Single-Parent African American Families. *Child Development*, 69 (3), 803-816.
- Brodzinsky, D. M. (1987). Adjustment to adoption: A psychosocial perspective. *Clinical Psychology Review*, 7, 25-47. Abstract retrieved from <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0272735887900031>
- Brodzinsky, D. M. (2005). Reconceptualising openness in adoption: Implications for theory, research and practice. In D. M. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological Issues in Adoption: Research and Practice* (pp. 145-165). New York: Greenwood.
- Brodzinsky, D. M., & Huffman, L. (1988). Transition to adoptive parenthood. *Marriage & Family Review*, 12, 267-286.
- Brodzinsky, D. M., Lang, R., & Smith, D. W. (1995). Parenting adopted children. In M. Bornstein (Eds.), *Handbook of parenting: Vol. 3 - Status and Social Conditions of Parenting* (pp. 209-232). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Brodzinsky, D. M., & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. Bornstein (Eds.), *Handbook of parenting: Vol. 1- Children and Parenting* (pp. 279-311). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological Models of Human Development. In *International Encyclopedia of Education, vol. 3, 2nd.* Oxford: Elsevier. Reprinted in M., Gauvain, & M., Cole (Eds.), *Readings on the development of children* (pp. 37-43). New York: Freeman.
- Bugental, D. B., Brown, M., & Reiss, C. (1996) Cognitive representations of power in caregiving relationships: Biasing effects on interpersonal interaction and information processing. *Journal of Family Psychology, 10* (4), 397-407. Abstract retrieved from <http://psycnet.apa.org/journals/fam/10/4/397/>
- Bugental, D. B., & Happaney, K. (2002). Parental Attributions. In M. Bornstein (Eds.), *Handbook of parenting: Vol. 3 - Being and Becoming a Parent* (pp. 509-535). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Ceballo, R., Lansford, J. E., Abbey, A., & Stewart, A. J. (2004). Gaining a child: Comparing the experiences of biological parents, adoptive parents and stepparents. *Family Relations, 53*, 38-48.
- Chisholm, K. (1998). A three-year follow-up of attachment and indiscriminate friendliness in children adopted from Romanian orphanages. *Child Development, 69*, 1092-1106.
- Cohen, J. (1989). Parents as educational models and definers. *Journal of Marriage and the Family, 49*, 339-351.
- Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological Bulletin, 112*, 155-159.
- Collins, W. A., Maccoby, E. E., Steinberg, L., Hetherington, E. M., & Bornstein, M. H. (2000). Contemporary research on parenting: The case for nature versus nurture. *American Psychologist, 55*, 218-232.

- Davis-Kean, P. (1999). The Effect of Socio-Economic Characteristics on Parenting and Child Outcomes. *Child Development*, 1-30.
- Davis-Kean, P. (2005). The Influence of Parent Education and Family Income on Child Achievement: The Indirect Role of Parental Expectations and the Home Environment. *Journal of Family Psychology*, 19 (2), 294-304.
- Demick, J. (2002). Stages of parental development. In M. Bornstein (Eds.), *Handbook of parenting: Vol. 3 - Being and Becoming a Parent* (pp. 389-413). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Feinstein, L., & Sabates, R. (2006). *Does education have an impact on mothers' educational attitudes and behaviours?*. London: Centre for Research on the Wider Benefits of Learning.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3rd edition). London: Sage Publications.
- Foli, K. J., & Thompson, J. R. (2006). A aventura da adoção. Lisboa: Estrela Polar.
- Fontenot, H. B. (2007). Transition and adaptation to adoptive motherhood. *Journal of Obstetric, Gynecologic and Neonatal Nursing*, 36, 175-182.
- Fortin, M. (2003). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Frank, D. A., Klass, P. E., Earls, F., & Eisenberg, L. (1996). Infants and young children in orphanages: one view from pediatrics and child psychiatry. *Pediatrics*, 97, 569-578.
- Gair, S. (1999). Distress and depression in new motherhood: Research with adoptive mothers highlights important contributing factors. *Child and Family Social Work*, 4, 55-66.
- Gibson, K. (2009). Differential Parental Investment in Families with both Adopted and Genetic Children. *Evolution and Human Behavior*, 30, 184-189.
- Goodnow, J. (1985) Change and variation in ideas about childhood and parenting. In I. Sigel (Org.) *Parental belief systems* (p. 235-270). New Jersey: Erlbaum.

- Goodnow, J., & Collins, W. (1992). *Development according to parents. The nature, sources, and consequences of parents' ideas*. Hove: Lawrence Erlbaum Pub.
- Griffiths, R. (2006). *Manual de Administração-Griffiths: Escala de desenvolvimento mental de Griffiths - Extensão revista dos 0 aos 8 anos*. Lisboa: Cegoc-Tea.
- Grusec, J. E. (2006, 2008). *Parents' Attitudes and Beliefs: Their Impact on Children's Development*. Encyclopedia on Early Childhood Development.
- Grusec, J. E., Goodnow, J. J., & Kuczynski, L. (2000). New directions in analyses of parenting contributions to children's acquisition of values. *Child Development, 71* (1), 205-211.
- Hastings, P., & Grusec, J. E. (1997). Conflict outcome as a function of parental accuracy in perceiving child cognitions and affect. *Social Development, 6* (1), 76-90.
- Haugaard, J., Wojslawowicz, J., & Palmer, M. (2008). Outcomes in Adolescent and Older-Child Adoptions. *Adoption Quarterly, 3* (1), 61-69.
- Hegar, R. L. (2005). Sibling Placement in Foster Care and Adoption: An overview of international research. *Children and Youth Services Review, 27*, 717-739.
- Hill, N. E. (2006). Disentangling Ethnicity, Socioeconomic Status and Parenting: Interactions, influences and meaning. *Vulnerable Children and Youth Studies, 1* (1), 114-124.
- Hodges, J. (2005). Adoption and Fostering. *Psychiatry, 4* (7), 49-53.
- Hoff, E. (2003). The Specificity of Environmental Influence: Socioeconomic Status Affects Early Vocabulary Development Via Maternal Speech. *Child Development, 74* (5), 1368-1378.
- Hoff, E., Laursen, B., & Tardiff, T. (2002). Socioeconomic status and parenting. In M. Bornstein (Eds.), *Handbook of parenting: Vol. 2. Biology and ecology of parenting* (pp.231- 252). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Hoghugh, M. (2004) Parenting: an introduction. In M. Hoghugh, & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting: theory and research for practice*. (pp. 1-18). London: Sage.
- Hoksbergen, R. A. C. (1999). The Importance of adoption for nurturing and enhancing the emotional and intellectual potential of children. *Adoption Quarterly*, 3 (2), 29- 41.
- Howe, D. (1997). Parent-reported Problems in 211 Adopted Children: Some risk and protective factors. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38 (4), 401-411.
- Johnson, D. (2002). Adoption and the effect on children's development. *Early Human Development*, 68, 39-54.
- Juffer, F., & Van IJzendoorn, M. (2009). Behavior Problems and Mental Health Referrals of International Adoptees: A meta-analysis. *Journal American Medical Association*, 293, 2501-2515.
- Kohl, G. O., Lengua, L. J., & McMahon, R. J. (2000). Parent Involvement in School Conceptualizing Multiple Dimensions and Their Relations with Family and Demographic Risk Factors. *Journal of School Psychology*, 38, 501-523.
- Kuczynski, L. (2003). *Handbook of dynamics in parent-child relations*. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications.
- Kuczynski, L., & Parkin, C. M. (2007). Agency and bidirectionality in socialization: interactions, transactions, and relational dialectics. In J. E. Grusec, & P. D. Hastings (Eds.), *Handbook of socialization: Theory and research* (pp. 259–283). New York: The Guilford Press.
- Levinzon, G. (2006). A adoção na clínica psicanalítica: O trabalho com os pais adotivos. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 14 (1), 24-31.
- Levy-Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Developmental Psychology*, 27 (1), 131-140.

- Marinho, S. (2012). *Do Risco e Proteção à Disrupção ou Sucesso da Adoção: Vivências dos filhos e dos pais e práticas profissionais*. Dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade do Porto, Porto.
- McKay, K., & Ross, L. (2010). The transition to adoptive parenthood: A pilot study of parents adopting in Ontario, Canada. *Children and Youth Services Review, 32*, 604-610.
- McKay, K., Ross, L. E., & Golberg, A. E. (2010). Adaptation to parenthood during the post-adoption period: A review of the literature. *Adoption Quarterly, 13* (2), 125-144.
- McGillicuddy-DeLisi, A. (1985). The relation-ship between parental beliefs and children's cognitive level. In: I. Sigel (Org.), *Parental belief systems* (p. 7-24). Hillsdale: Erlbaum.
- McGuinness, T. M., & Dyer, J. G. (2006). International Adoption as a Natural Experiment. *Journal of Pediatric Nursing, 21* (4), 276-288.
- Miller, S. A., Manhal, M., & Mee, L. L. (1991). Parental beliefs, parental accuracy, and children's cognitive performance: A search for causal relations. *Developmental Psychology, 27* (2), 267-276. Abstract retrieved from <http://psycnet.apa.org/journals/dev/27/2/267/>
- Newberger, C. (1977). *Parental conceptions of children and child rearing: A structural-developmental analysis*. Dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade de Harvard, Cambridge.
- Newberger, C. (1980). The Cognitive Structure of Parenthood: Designing a descriptive measure. *New Directions of Child Development, 7*, 45-67.
- Newberger, C., & Cook, S. (1983). Parental Awareness and Child Abuse: A cognitive-developmental analysis of urban and rural samples. *American Journal of Orthopsychiatry, 53* (3), 512-524.
- Palácios, J., González, M. M., & Moreno, M. C. (1992). Stimulating the child in the Zone of Proximal Development: the role of parents' ideas. In I. Sigel, A. V. McGillicuddy-

- Delisi, & J. Goodnow (Orgs.), *Parental belief systems. The psychological consequences for children* (p. 71-94). Hillsdale: Erlbaum.
- Patterson, J. M., & Garwick, A. W. (1994). Levels of meaning in family stress theory. *Family Process*, 33, 287-304. Abstract retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1545-5300.1994.00287.x/abstract>.
- Pereira, A. (2004). *Guia Prático de Utilização do SPSS – Análise de dados para ciências sociais e psicologia (5ªed)*. Lisboa: Edições Sílabo, LDA.
- Pinderhughes, E. E., Dodge, K. A., Zelli, A., Bates, J. E., & Pettit, G. S. (2000). Discipline responses: Influences of parents' socioeconomic status, ethnicity, beliefs about parenting, stress, and cognitive-emotional processes. *Journal of Family Psychology*, 14, 380-400.
- Priel, B., Melamed-Hass, S., Besser, A., & Kantor, B. (2000). Adjustment Among Adopted Children: The Role of Maternal Self-Reflectiveness. *Family Relations*, 49, 389-396.
- Richman, A. L., Miller, P. M., & LeVine, R. A. (1992). Cultural and Educational Variations in Maternal Responsiveness. *Developmental Psychology*, 28, 614-621.
- Salvaterra, M. F. (2007). *Vinculação e Adoção*. Dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Salvaterra, M. F. & Veríssimo, M. (2008). A adoção: O Direito e os afetos. *Análise Psicológica*, 3 (27), 501-517.
- Sameroff, A. J. (1975c). Transactional models in early social relations. *Human Development*, 18, 65-79.
- Sameroff, A. J., & Feil, L. A. (1985). Parental concepts of development. In I. E. Sigel (Eds.), *Parental belief systems: The psychological consequences for children* (pp. 83-105). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Scarr, S., & Weinberg, R. (1983). The Minnesota Adoption Studies: Genetic differences and malleability. *Child Development, 54* (2), 260-267.
- Senecky, Y., Agassi, H., Inbar, D., Hoersh, N., Diamond, G., Bergman, Y. S., et al. (2009). Post-placement depression among adoptive mothers. *Journal of Affective Disorders, 115*, 62-68.
- Sharma, A. R., McGue, M., & Benson, P. L. (1996a). The emotional and behavioural adjustment of United States adopted adolescents: parte I an overview. *Children and Youth Services, 18*, 83-100.
- Sharma, A. R., McGue, M., & Benson, P. L. (1996b). The emotional and behavioural adjustment of United States adopted adolescents: part II age at adoption. *Children and Youth Services, 18*, 101-114.
- Sigel, I. (1985). A conceptual analysis of beliefs. In I. Sigel (Org.) *Parental belief systems* (pp. 345-371). New Jersey: Erlbaum.
- Sigel, I., & McGillicuddy-De Lisi, A. V. (2002). Parent Beliefs Are Cognitions: The dynamic belief systems model. In M. Bornstein (Eds.), *Handbook of parenting: Vol. 3 - Being and Becoming a Parent* (pp. 485-508). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Silin, M. W. (1996). The vicissitudes of adoption for parents and children. *Children and Adolescent Social Work Journal, 13* (3), 255-269.
- Slade, A. (2005). Parental reflective functioning: an introduction. *Attachment & Human Development, 7* (3), 269-281.
- Sonnenschein, S., Baker, L., Serpell, R., Scher, D., Truitt, V. G., & Munsterman, K. (1997). Parental beliefs about ways to help children learn to read: The impact of an entertainment or a skills perspective. *Early Child Development and Care, 127-128*, 111-118.

- Van den Dries, L., Juffer, F., Van IJzendoorn, M., & Bakermans-Kranenburg, M. (2009). Fostering Security? A meta-analysis of attachment in adopted children. *Children and Youth Services Review, 31*, 410-421.
- Van Londen, W. Juffer, F., & Van IJzendoorn, M. (2007). Attachment, Cognitive, and Motor Development in Adopted Children: Short-term Outcomes after International Adoption. *Journal of Pediatric Psychology, 32* (10), 1249-1258.
- Vieira, S. (2010). *A Experiencia da Parentalidade Adotiva: do Casal ao Singular*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Vitorino, M. M. (2013). *Iguais na Diferença: Comparação entre famílias adotivas e biológicas relativamente à perceção das capacidades e dificuldades dos filhos e estilos de vinculação*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Vorria, P., Papaligoura, Z., Sarafidou, J., Kopakaki, M., Dunn, J., Van IJzendoorn, M. H., & Kontopoulou, A. (2006). The development of adopted children after institutional care: a follow-up study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 47* (12), 1246-1253.
- Wechsler, D. (2003). *WISC –III, Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças*. Lisboa: Cegoc-Tea.
- Weinberg, R. A., Scarr, S., & Waldman, I. D. (1992). The Minnesota Transracial Adoption Study: A follow-up of IQ test performance at adolescence. *Intelligence, 16*, 117-135.
- Weissman, M. M., Wickramaratne, P., Nomura, Y., Warner, V., Verdeki, H., Pilowsky, D. J., et al. (2005). Families at high and low risk for depression: A 3-generation study. *Archives of General Psychiatry, 62* (1), 29–36.
- Winnicott, D. (2000). *Da Pediatria à Psicanálise - Objetos Transicionais e Fenómenos Transicionais*. Rio de Janeiro: Imago.